



Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

5
07

DATA DA REUNIÃO: VINTE E OITO DE JANEIRO DE DOIS MIL E NOVE.-----

LOCAL DA REUNIÃO: SALÃO NOBRE DO EDIFÍCIO SEDE DO MUNICÍPIO.-----

PRESIDIU: O PRESIDENTE DA CÂMARA, ANTONIO ALBERTO DE CASTRO FERNANDES.

PRESENCAS E FALTAS:-----

PRESIDENTE ENG.º ANTÓNIO ALBERTO DE CASTRO FERNANDES – PS – PRESENTE.-

VEREADOR DR. JOÃO MANUEL MACHADO FARIA DE ABREU – PSD – PRESENTE.-----

VEREADORA ENG.ª ANA MARIA MOREIRA FERREIRA – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR DR. MÁRIO DUARTE RORIZ DE OLIVEIRA– PSD – FALTOU POR RAZÕES
QUE FORAM CONSIDERADAS JUSTIFICATIVAS.-----

VEREADOR LUÍS GONZAGA DA SILVA FREITAS RODRIGUES – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR JOSÉ LUÍS DA SILVA PEREIRA MARTINS – PSD – PRESENTE.-----

VEREADORA DRA. JÚLIA ODETE DE PAIVA GODINHO MOINHOS COSTA – PS –
PRESENTE.-----

VEREADOR DRA. MAFALDA SOFIA RORIZ DE OLIVEIRA BRÁS – PSD – PRESENTE.---

VEREADOR DR. JOSÉ PEDRO DOS SANTOS FERREIRA MACHADO – PS – PRESENTE.

HORA DE INICIO DA REUNIÃO: DEZ HORAS E TRINTA MINUTOS.-----

HORA DE ENCERRAMENTO: ONZE HORAS E QUINZE MINUTOS.-----



SECRETARIOU A FUNCIONÁRIA NOMEADA PARA O EFEITO, MARIA ADRIANA SALGADO MAGALHÃES.-----

ORDEM CRONOLÓGICA POR QUE FORAM TRATADOS OS ASSUNTOS DA ORDEM DO DIA: A ORDEM QUE CONSTA DA PRESENTE ACTA.-----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

a) Em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 65º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, o Senhor Presidente deu conhecimento dos seus despachos a seguir referidos, proferidos ao abrigo de competência delegada pela câmara municipal:-----

- Despacho de doze do corrente mês de Janeiro que adjudicou à sociedade José Moreira Fernandes & Filhos Lda a empreitada denominada “Requalificação da Av. Silva Araújo – Vila das Aves”, pelo preço de 483.492,94 € (quatrocentos e oitenta e três mil quatrocentos e noventa e dois euros e noventa e quatro centimos), mais IVA.-----

- Despacho da mesma data que adjudicou à sociedade NORTOBRA – Empresa de Construção e Obras Públicas Lda a empreitada denominada “Reconstrução da Ponte Rodoviária da Quebrada – Santa Cristina do Couto” pelo preço de 169.979,41 € (cento e sessenta e nove mil novecentos e setenta e nove euros e quarenta e um centimos), mais IVA-----

b) Para conhecimento da actividade da câmara municipal, o Senhor Presidente deu também conhecimento do seu despacho de doze do corrente mês de Janeiro, por si proferido ao abrigo de competência própria, que homologou trabalhos a mais executados na empreitada de “Requalificação do Edifício Escolar de Refojos”, no montante de 12.921,22 € (doze mil novecentos e vinte e um euros e vinte e dois centimos).-----

A referida empreitada foi adjudicada à sociedade Bernardino Pacheco Nunes Lda pelo valor inicial de 77.620,25 € (setenta e sete mil seiscentos e vinte euros e vinte e cinco centimos), conforme despacho do Presidente da Câmara de vinte e três de Julho de dois mil e sete, do qual o executivo camarário tomou conhecimento em reunião ordinária de cinco de Setembro do mesmo ano.



Acta N.º 2 Fl. 03
28 de Janeiro de 2009

Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

**LOGO DE SEGUIDA ENTROU-SE NA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS
ASSUNTOS PREVIAMENTE INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA A QUAL SE ANEXA À
PRESENTE ACTA CONSTITUINDO AS SUBSEQUENTES DUAS FOLHAS.**-----



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

04

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 28/JANEIRO/2009 – ACTA Nº 2

ORDEM DO DIA

- 1 – Aprovação da acta da última reunião ordinária (14/01/2009)
- 2 – Minuta da acta da sessão ordinária da assembleia municipal realizada no dia 10/12/2008: Conhecimento
- 3 – Comunicação dos períodos de funcionamento, diário e semanal, das farmácias de oficina (Artigo 6º, n.º 1 do Decreto-Lei 53/2007, de 8 de Março): Conhecimento
- 4 – Proposta de atribuição da Medalha de Bons Serviços a Aureliano Alberto Maia Monteiro de Oliveira, Tesoureiro da Câmara Municipal, aposentado por limite de idade
- 5 – Contrato de Empréstimo a longo prazo (20 anos), até ao montante máximo de 504 688,68 €, destinado a financiamento complementar da execução do projecto de “Construção do Centro Escolar de S. Tomé de Negrelos”: Proposta de Adjudicação à Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Santo Tirso, CRL e pedido de autorização à assembleia municipal
- 6 - Contrato de Empréstimo a longo prazo (20 anos), até ao montante máximo de 125 095,15 €, destinado a financiamento complementar da execução do projecto de “Ampliação do Centro Escolar de Sequeirô”: Proposta de Adjudicação à Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Santo Tirso, CRL e pedido de autorização à assembleia municipal
- 7 – Constituição de Servidão Administrativa de Aqueduto Público Subterrâneo sobre uma parcela de terreno particular sita em S. Tomé de Negrelos para execução da obra de “Rectificação, Pavimentação e Drenagem de águas pluviais na Rua Cidade de Luanda – 2ª fase”: Rectificação da deliberação camarária de 03/09/2008 (item 4 da respectiva acta)



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

05

- 8- Aquisição de uma parcela de terreno destinada à execução da obra de “Rectificação e Pavimentação dos arruamentos junto à Quinta do Penedo – Santo Tirso” (Parcela C): Alteração das condições de negociação
- 9 – Regulamento do Complexo Desportivo Municipal e respectiva Tabela de Preços.
- 10 - Outros Subsídios

- Processos de licenciamento de loteamento e obras particulares

Santo Tirso, 23 de Janeiro de 2009

O Presidente,



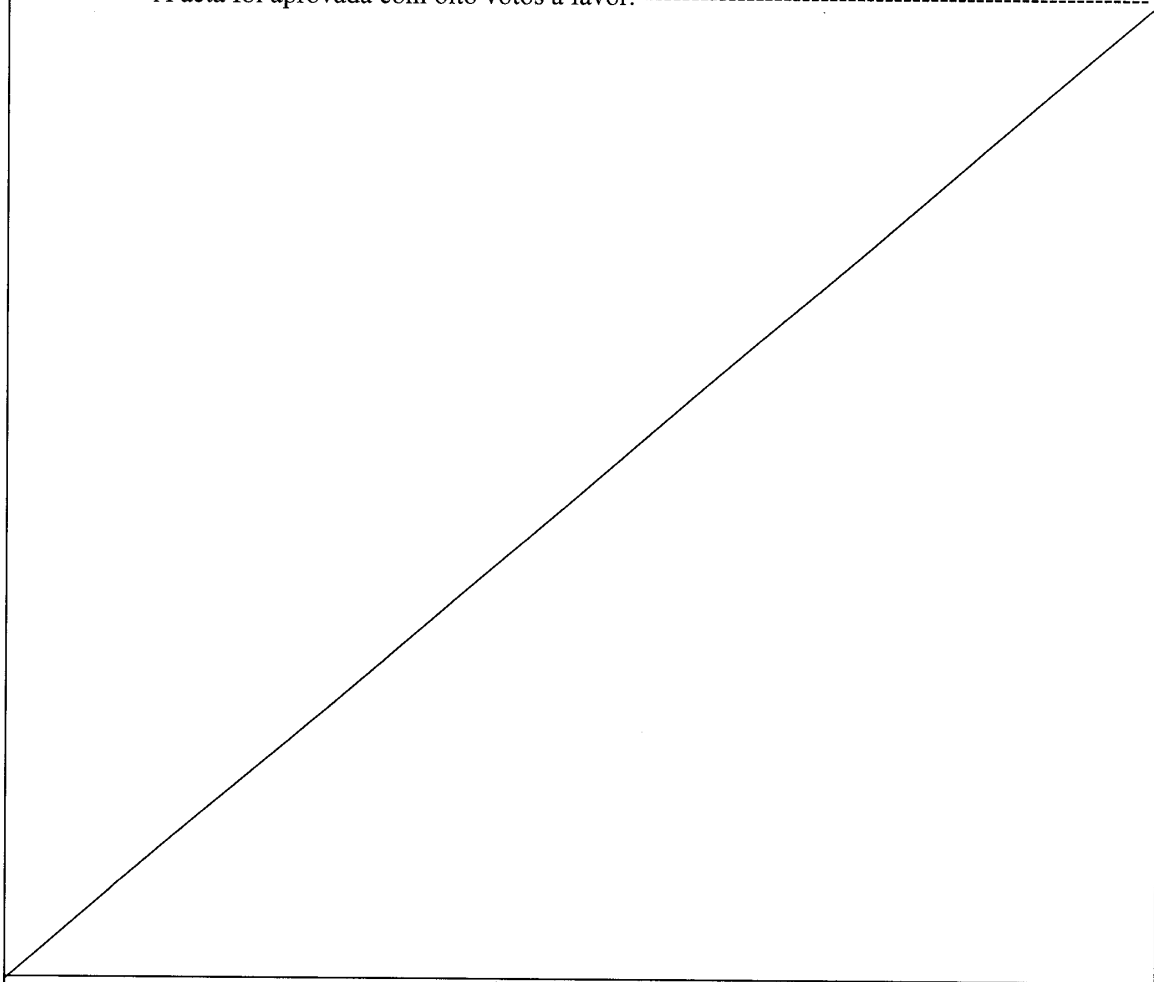
Handwritten signature or mark.

1. APROVAÇÃO DA ACTA DA ÚLTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA (14/01/2009).-----

Presente a acta da reunião ordinária realizada no dia catorze do corrente mês de Janeiro, da qual se forneceu cópia a cada um dos senhores edis.-----

Após apreciação da referida acta, o Senhor Presidente propôs, nos termos do número dois do artigo 92º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, que a Câmara deliberasse aprovar a aludida acta.-----

A acta foi aprovada com oito votos a favor.-----





[Handwritten signature]

[Handwritten number 7]

**2. MINUTA DA ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
REALIZADA NO DIA 10/12/2008: CONHECIMENTO.-----**

Presente a minuta da acta da sessão ordinária da assembleia municipal, realizada no dia dez de Dezembro findo, na qual foi aprovado o seguinte:-----

- Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapas de Pessoal da Câmara Municipal para o ano de 2009;-----

- Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Água Electricidade e Saneamento para 2009;-----

- Autorização para contratação de um empréstimo a longo prazo, até ao montante máximo de 2.980.000,00 € para financiamento dos projectos identificados na deliberação camarária de 26/11/2008 (item 5 da respectiva acta);-----

- Autorização para contratação de um empréstimo a longo prazo, até ao montante máximo de 70.056,77 € para financiamento do projecto denominado “Rede Viária – 1ª fase”;-----

- Autorização para contratação de um empréstimo a longo prazo, até ao montante máximo de 236.868,46 € para financiamento complementar do projecto denominado “Polidesportivo de Santo Tirso”;-----

- Autorização para contratação de um empréstimo a longo prazo, até ao montante máximo de 69.583,56 € para financiamento complementar do projecto denominado “Ampliação da EB1/JI de S. Bento da Batalha”;-----

- Autorização para contratação de um empréstimo a longo prazo, até ao montante máximo de 192.020,71 € para financiamento complementar do projecto denominado “Centro Escolar da Costa, Roriz”;-----

- Autorização para contratação de um empréstimo a longo prazo, até ao montante máximo de 61.242,63 € para financiamento complementar do projecto denominado “Ampliação da EB1/JI do Areal – S. Miguel do Couto”;-----

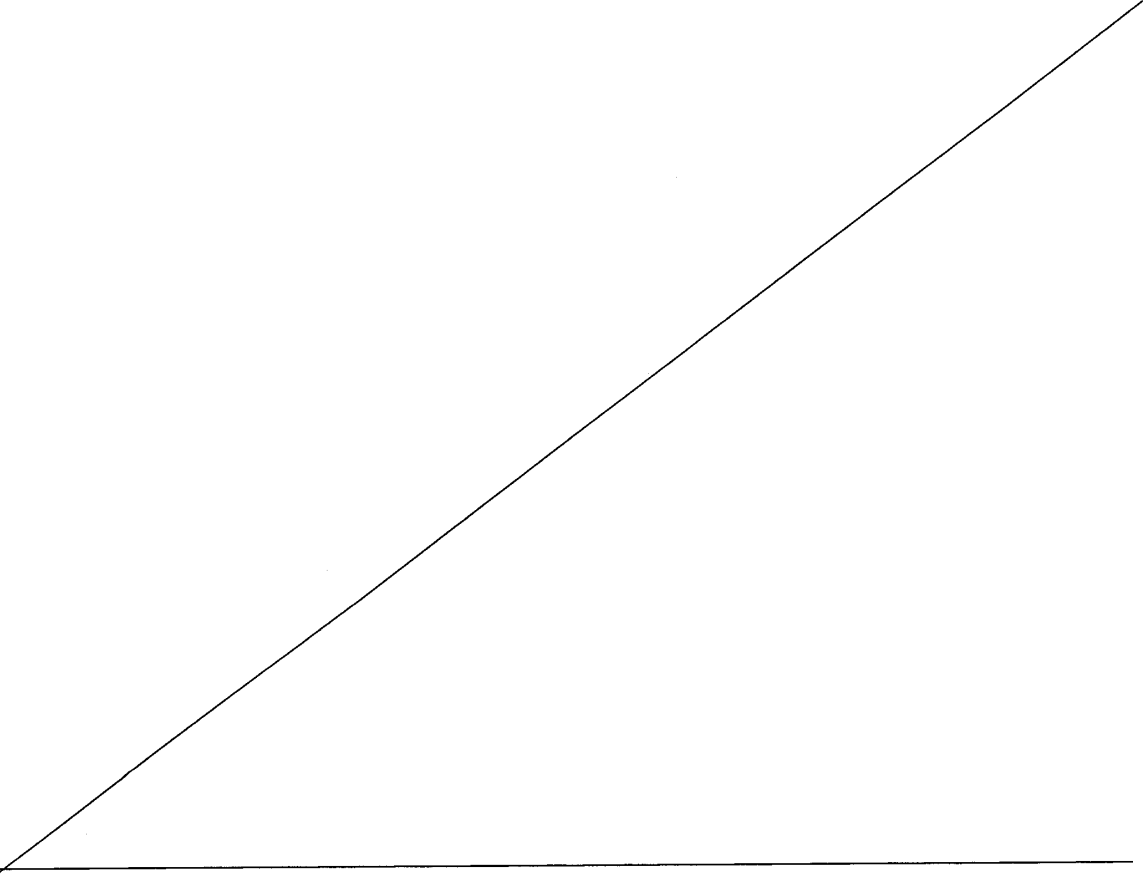


- Autorização para contratação de um empréstimo a longo prazo, até ao montante máximo de 172.250,72 € para financiamento complementar do projecto denominado “Ampliação do Centro Escolar de Arcozelo – Água Longa”;-----

- Fixação do Percentual para o ano de 2009 da Taxa Municipal de Direitos de Passagem;

- Tomada de conhecimento do relatório elaborado pela sociedade Horwath & Associados, SROC Lda, Auditora externa do município, em cumprimento do disposto na alínea d) do n.º 3 do artigo 48º da Lei 2/2007, de 15 de Janeiro.-----

A Câmara tomou conhecimento.-----





3. COMUNICAÇÃO DOS PERÍODOS DE FUNCIONAMENTO, DIÁRIO E SEMANAL, DAS FARMÁCIAS DE OFICINA (ARTIGO 6º DO DECRETO-LEI 53/2007, DE 8 DE MARÇO): ALTERAÇÃO DO PERÍODO DE FUNCIONAMENTO DAS FARMÁCIAS SALUTAR, FERNANDES MACHADO, FARIA E FARMÁCIA CENTRAL: CONHECIMENTO-----

Presentes officios das farmácias acima identificadas, registados com os números dezassete mil oitocentos e setenta / dois mil e oito, vinte e quatro / dois mil e nove, trezentos e sessenta e seis / dois mil e nove e trezentos e noventa e dois / dois mil e nove, respectivamente, a comunicar, em cumprimento do disposto no artº 6º, n.º 3 do Decreto-Lei 53/2007, de 8 de Março, a alteração aos respectivos períodos de funcionamento, diário e semanal.-----

Os novos horários das referidas farmácias são os seguintes:-----

- FARMÁCIA SALUTAR:-----

Período de funcionamento diário:-----

- Das 8.00h às 22.00h, de Segunda a Sexta-feira;-----

- Das 9.00h às 13.00h e das 14.00h às 19.00h, ao Sábado.-----

Período de funcionamento semanal: 79 horas, nos termos acima indicados.-----

- FARMÁCIA FERNANDES MACHADO:-----

Período de funcionamento diário:-----

- Das 9.00h às 20.00h, de Segunda a Sexta-feira;-----

- Das 9.00h às 13.00h e das 15.00h às 19.00h, ao Sábado.-----

Período de funcionamento semanal: 63 horas, nos termos acima indicados.-----

- FARMÁCIA FARIA:-----

Período de funcionamento diário:-----

- Das 9.00h às 20.00h, de Segunda a Sexta-feira;-----

- Das 9.00h às 13.00h e das 15.00h às 19.00h, ao Sábado.-----



Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

Período de funcionamento semanal: 63 horas, nos termos acima indicados.-----

- FARMÁCIA CENTRAL:-----

Período de funcionamento diário:-----

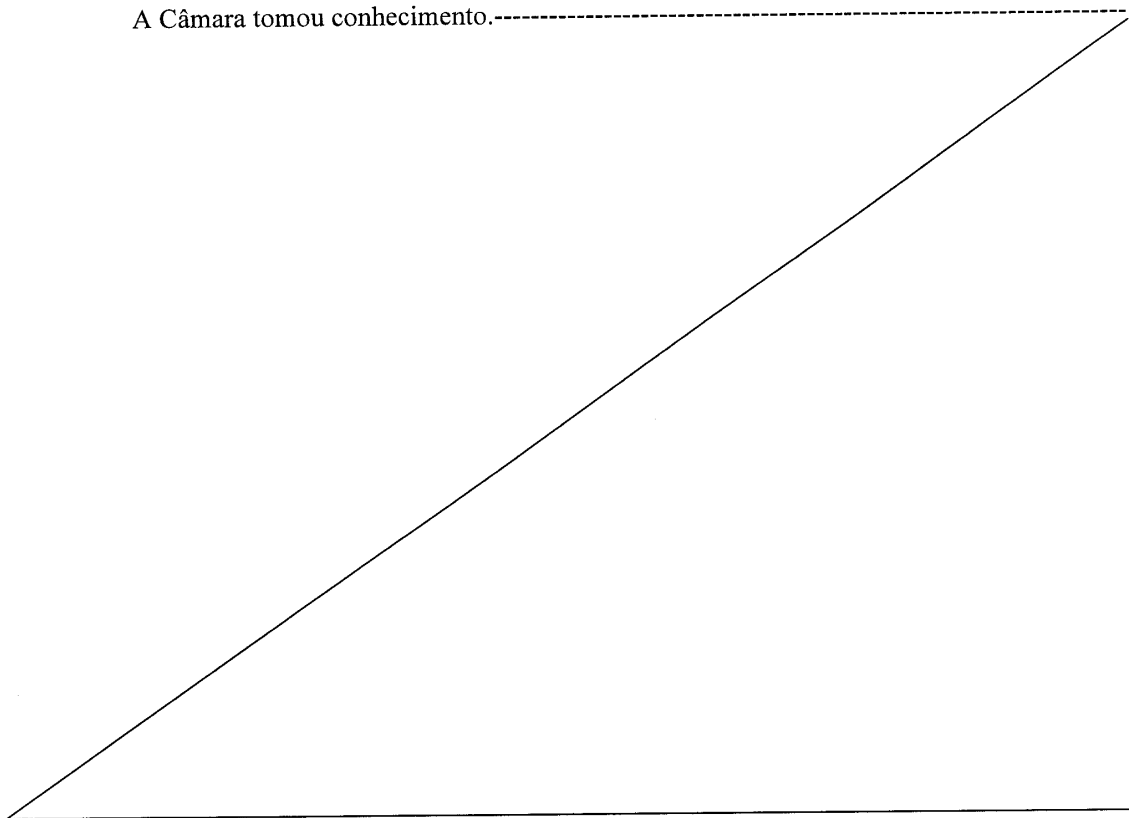
- Das 9.00h às 20.00h, de Segunda a Sexta-feira;-----

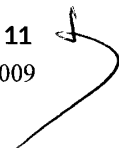
- Das 9.00h às 13.00h e das 15.00h às 19.00h, ao Sábado.-----

Período de funcionamento semanal: 63 horas, nos termos acima indicados.-----

Do expediente constam informações da Divisão Jurídica e do Contencioso a comunicar que os novos horários cumprem os limites mínimos previstos na lei e não excedem os limites máximos previstos para os estabelecimentos de venda ao público e de prestação de serviços.-----

A Câmara tomou conhecimento.-----





4. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DA MEDALHA DE BONS SERVIÇOS A AURELIANO ALBERTO MAIA MONTEIRO DE OLIVEIRA, TESOUREIRO DA CÂMARA MUNICIPAL, APOSENTADO POR LIMITE DE IDADE.-----

Pelo Senhor Presidente foi apresentada a seguinte proposta:-----

O funcionário Aureliano Alberto Maia Monteiro de Oliveira entrou para o quadro da câmara municipal em quinze de Fevereiro de mil novecentos e cinquenta e oito, para a categoria de Proposto de Tesoureiro, tendo sido provido a título definitivo para o lugar de Tesoureiro da Câmara Municipal por deliberação camarária de dezanove de Setembro de mil novecentos e oitenta e cinco (item catorze da respectiva acta), sendo que a essa data já detinha perto de vinte e oito anos de serviço sempre no trabalho especializado de Tesouraria;-----

Aposentou-se, por limite de idade, com efeitos a partir de vinte e quatro de Dezembro findo, sendo que ao longo dos quase cinquenta e um anos que prestou serviços para a câmara municipal de Santo Tirso sempre desempenhou as suas funções com zelo inexcedível, competência e aptidão, o que a câmara municipal por diversas vezes reconheceu, nomeadamente por deliberações camarárias de vinte e nove de Dezembro de mil novecentos e setenta e seis, em que lhe foi atribuído um voto de louvor “pela competência, zelo e espírito de bem servir do funcionário” e por deliberação camarária de vinte e nove de Julho de mil novecentos e setenta e oito em que expressamente se reconhece o seu “alto brio profissional”;-----

De facto, o referido funcionário distinguiu-se exemplarmente no desempenho das suas tarefas, com mérito, dedicação, assiduidade e espírito de sacrifício demonstrado, dignos de realce, nomeadamente o facto de por diversos anos não gozar do seu direito a férias, por não ter quem o substituisse no desempenho das suas funções;-----

Distinguiu-se pela lealdade demonstrada para com os seus superiores hierárquicos e colegas de trabalho, tendo sido sempre merecedor da máxima confiança da câmara municipal;-----



O modo como exerceu as suas funções constitui um exemplo para os seus colegas de dedicação à causa pública, sobretudo numa época em que uma nova cultura de exigência e responsabilidade se impõe como modelo de gestão pública;-----

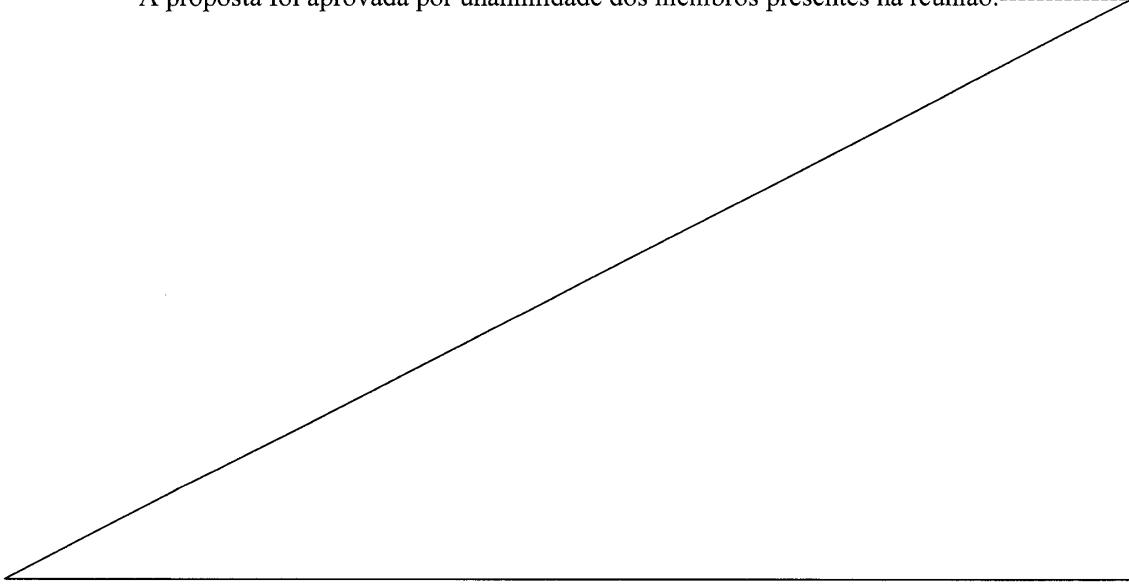
Do registo disciplinar do funcionário não consta qualquer penalidade;-----

Em todas as classificações de serviço obteve a nota de Bom, sendo de realçar que de acordo com o novo modelo de avaliação (SIADAP), mais exigente que o anterior, a atribuição da classificação de Bom pressupõe que o funcionário “revele capacidade de desempenho e actue de forma positiva, contribuindo para a qualidade do serviço”;-----

Mesmo depois de aposentado, tem vindo diversas vezes ao serviço para ajudar os colegas que o substituíram, continuando a demonstrar uma grande dedicação à causa pública;-----

Face ao exposto, temos por justa e merecida a distinção honorífica do referido funcionário, pelo que proponho que a câmara municipal delibere atribuir a Aureliano Alberto Maia Monteiro de Oliveira a Medalha de Bons Serviços.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos membros presentes na reunião.-----



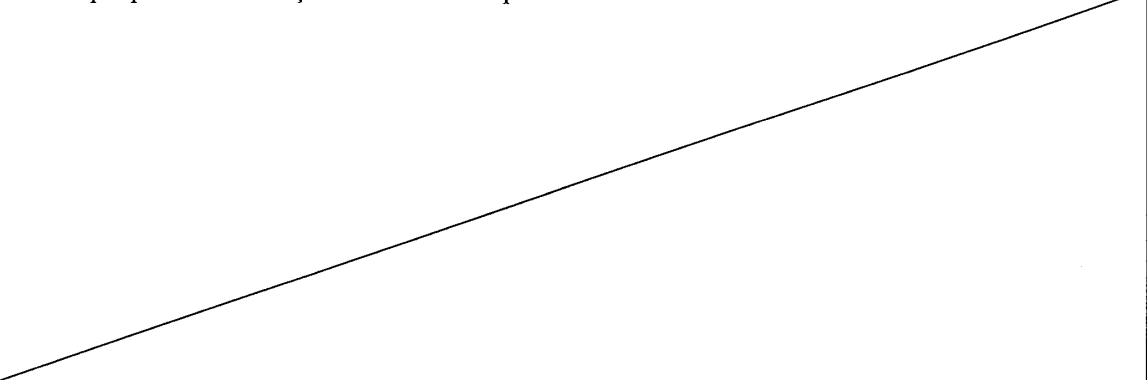


5. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO A LONGO PRAZO (20 ANOS), ATÉ AO MONTANTE MÁXIMO DE 504 688,68 €, PARA FINANCIAMENTO COMPLEMENTAR DO PROJECTO DENOMINADO “CONSTRUÇÃO DO CENTRO ESCOLAR DE S. TOMÉ DE NEGRELOS”: PROPOSTA DE ADJUDICAÇÃO À CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE SANTO TIRSO, CRL E PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL.-----

Presente o processo de consultas efectuadas com vista à contratação do empréstimo supra mencionado, destinado a financiamento do projecto acima referido, do qual consta informação da Divisão de Gestão Financeira, de vinte e um do corrente mês de Janeiro, registada com o número mil cento e cinquenta e dois, no sentido de que a proposta mais vantajosa é a da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Santo Tirso, CRL.-----

O Senhor Presidente propôs que a Câmara deliberasse solicitar autorização à Assembleia Municipal para a contratação do referido empréstimo com a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Santo Tirso, CRL nas condições propostas por aquela instituição financeira, através do ofício número 1044 de dezoito de Dezembro findo, do qual se junta cópia à presente acta e dela fica a fazer parte integrante constituindo as subsequentes duas folhas.-----

A Câmara deliberou, com oito votos a favor, solicitar autorização à Assembleia Municipal para a contratação do referido empréstimo.-----





Crédito Agrícola
SANTO TIRSO

Exmo. Senhor
PRESIDENTE DA
CAMARA MUNICIPAL de SANTO TIRSO
Praça 25 de Abril
4780 - 373 Santo Tirso

14

Refa

1044

Santo Tirso, 18-Dez-08

Assunto: Proposta de Empréstimo (V/Refª DGF/F-3) - **EMPRÉSTIMO 1**

Exmo (s) Senhor(es),

Na sequência das vossas propostas sobre o assunto em epigrafe, somos pela presente a levar ao conhecimento de V.Exas, **as condições gerais em que a mesmas foram aprovadas:**

MODALIDADE:	Financiamento Médio Longo Prazo - Proposta de empréstimo consulta 1
MONTANTE	€ 504.688,68
PRAZO TOTAL:	20 anos
CARÊNCIA DE CAPITAL:	Até 2 anos o prazo de utilização das verbas
TAXA DE JURO:	Euribor 6 meses Taxa Média + 0,80% arredondada à milésima
COMISSÃO ABERTURA:	€ 125,00 por empréstimo
COMISSÃO LIQUIDAÇÃO:	Comissão de liquidação total / parcial = isento
COMISSÃO PAGAMENTO	
DAS PRESTAÇÕES:	Isento
PAGAMENTO JUROS:	Semestral
PAGAMENTO CAPITAL:	Semestral
FINALIDADE:	Construção do Centro Escolar de S.Tomé de Negrelos
GARANTIAS:	<ul style="list-style-type: none">- Contrato de mutuo subscrito pela Camara Municipal de Santo Tirso e com assinaturas reconhecidas na qualidade e com poderes para o acto- Receitas do Municipio (como prevê a Lei Finanças Locais 02/2007 de 15/01)
OUTRAS CONDIÇÕES:	<ul style="list-style-type: none">- Utilização até 30 dias após o visto do Tribunal de Contas- Autorização por parte da Assembleia Municipal- Contratação de acordo com a Legislação em Vigor isto é Lei nº 2/2007 de 15/01 (Lei das Finanças Locais)

- Esta aprovação é válida por um prazo máximo de 30 dias, sendo que a formalização da mesma terá de ser efectuada num prazo máximo de 90 dias a contar da presente data.

- A presente aprovação deixará de produzir efeito desde logo se sobrevier qualquer tipo de facto que ponha em causa a análise de risco efectuada e/ou a formalização da operação ou se as informações prestadas pelo proponente contiverem falsidades, omissões ou desconformidades.

- Aguardamos as V/ prezadas instruções e apresentamos os nossos cumprimentos

(Ferreira da Silva)

(Rui Faria, Dr.)

SERVIÇO de DÍVIDA
Dados do Financiamento

Montante	€ 504.688,68	PRESTAÇÃO CONSTANTE € 18.722,14	
Taxa de Juro	4,168%		
Periodicidade	Semestral		
Prazo	40 períodos		
Mês Inicial	Número 1	Imposto	0%

QUADRO DE AMORTIZAÇÃO

Pdo.	Capital Dívida Início do Pdo.	Juros 4,168%	Imposto de selo 0%	Reembolso de Capital	Pagamento
1	€ 504.688,68	€ 10.517,71	€ 0,00	€ 8.204,43	€ 18.722,14
2	€ 496.484,25	€ 10.346,73	€ 0,00	€ 8.375,41	€ 18.722,14
3	€ 488.108,84	€ 10.172,19	€ 0,00	€ 8.549,95	€ 18.722,14
4	€ 479.558,89	€ 9.994,01	€ 0,00	€ 8.728,13	€ 18.722,14
5	€ 470.830,76	€ 9.812,11	€ 0,00	€ 8.910,03	€ 18.722,14
6	€ 461.920,73	€ 9.626,43	€ 0,00	€ 9.095,71	€ 18.722,14
7	€ 452.825,01	€ 9.436,87	€ 0,00	€ 9.285,27	€ 18.722,14
8	€ 443.539,75	€ 9.243,37	€ 0,00	€ 9.478,77	€ 18.722,14
9	€ 434.060,97	€ 9.045,83	€ 0,00	€ 9.676,31	€ 18.722,14
10	€ 424.384,66	€ 8.844,18	€ 0,00	€ 9.877,96	€ 18.722,14
11	€ 414.506,70	€ 8.638,32	€ 0,00	€ 10.083,82	€ 18.722,14
12	€ 404.422,88	€ 8.428,17	€ 0,00	€ 10.293,97	€ 18.722,14
13	€ 394.128,91	€ 8.213,65	€ 0,00	€ 10.508,49	€ 18.722,14
14	€ 383.620,41	€ 7.994,65	€ 0,00	€ 10.727,49	€ 18.722,14
15	€ 372.892,92	€ 7.771,09	€ 0,00	€ 10.951,05	€ 18.722,14
16	€ 361.941,87	€ 7.542,87	€ 0,00	€ 11.179,27	€ 18.722,14
17	€ 350.762,60	€ 7.309,89	€ 0,00	€ 11.412,25	€ 18.722,14
18	€ 339.350,35	€ 7.072,06	€ 0,00	€ 11.650,08	€ 18.722,14
19	€ 327.700,27	€ 6.829,27	€ 0,00	€ 11.892,87	€ 18.722,14
20	€ 315.807,40	€ 6.581,43	€ 0,00	€ 12.140,71	€ 18.722,14
21	€ 303.666,69	€ 6.328,41	€ 0,00	€ 12.393,73	€ 18.722,14
22	€ 291.272,96	€ 6.070,13	€ 0,00	€ 12.652,01	€ 18.722,14
23	€ 278.620,95	€ 5.806,46	€ 0,00	€ 12.915,68	€ 18.722,14
24	€ 265.705,27	€ 5.537,30	€ 0,00	€ 13.184,84	€ 18.722,14
25	€ 252.520,42	€ 5.262,53	€ 0,00	€ 13.459,62	€ 18.722,14
26	€ 239.060,81	€ 4.982,03	€ 0,00	€ 13.740,11	€ 18.722,14
27	€ 225.320,69	€ 4.695,68	€ 0,00	€ 14.026,46	€ 18.722,14
28	€ 211.294,24	€ 4.403,37	€ 0,00	€ 14.318,77	€ 18.722,14
29	€ 196.975,47	€ 4.104,97	€ 0,00	€ 14.617,17	€ 18.722,14
30	€ 182.358,29	€ 3.800,35	€ 0,00	€ 14.921,79	€ 18.722,14
31	€ 167.436,50	€ 3.489,38	€ 0,00	€ 15.232,76	€ 18.722,14
32	€ 152.203,74	€ 3.171,93	€ 0,00	€ 15.550,22	€ 18.722,14
33	€ 136.653,52	€ 2.847,86	€ 0,00	€ 15.874,28	€ 18.722,14
34	€ 120.779,24	€ 2.517,04	€ 0,00	€ 16.205,10	€ 18.722,14
35	€ 104.574,14	€ 2.179,33	€ 0,00	€ 16.542,82	€ 18.722,14
36	€ 88.031,32	€ 1.834,57	€ 0,00	€ 16.887,57	€ 18.722,14
37	€ 71.143,75	€ 1.482,64	€ 0,00	€ 17.239,51	€ 18.722,14
38	€ 53.904,25	€ 1.123,36	€ 0,00	€ 17.598,78	€ 18.722,14
39	€ 36.305,47	€ 756,61	€ 0,00	€ 17.965,54	€ 18.722,14
40	€ 18.339,94	€ 382,20	€ 0,00	€ 18.339,94	€ 18.722,14
TOTAIS		€ 244.196,96	€ 0,00	€ 504.688,68	€ 748.885,64

Nota:

- 1) Taxa de Juro nominal de Euribor 6 meses Taxa Média do dia 02/01/2009 acrescida de spread de 0,8%
- 2) Plano de reembolso supondo utilização integral na data de contratação do empréstimo



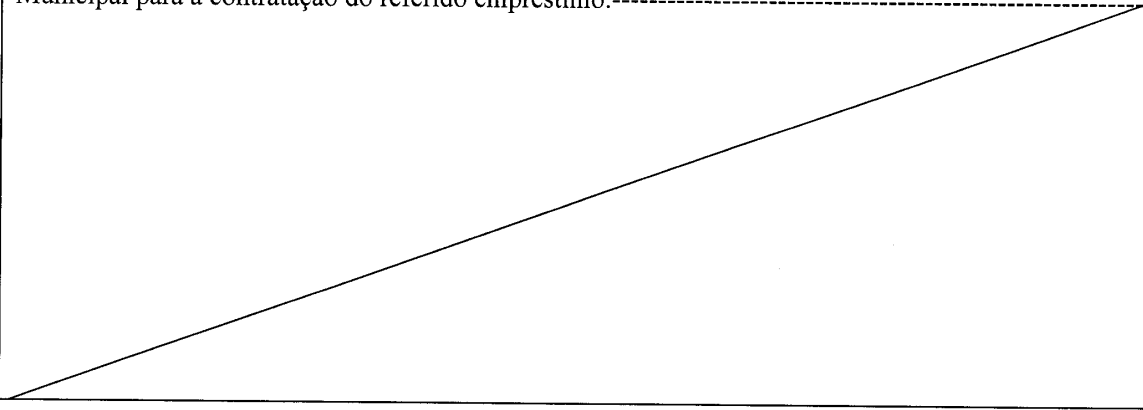


6. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO A LONGO PRAZO (20 ANOS), ATÉ AO MONTANTE MÁXIMO DE 125 095,15 €, PARA FINANCIAMENTO COMPLEMENTAR DO PROJECTO DENOMINADO “AMPLIAÇÃO DO CENTRO ESCOLAR DE SEQUEIRÔ”: PROPOSTA DE ADJUDICAÇÃO À CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE SANTO TIRSO, CRL E PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL.-----

Presente o processo de consultas efectuadas com vista à contratação do empréstimo supra mencionado, destinado a financiamento do projecto acima referido, do qual consta informação da Divisão de Gestão Financeira, de vinte e um do corrente mês de Janeiro, registada com o número mil cento e cinquenta e três, no sentido de que a proposta mais vantajosa é a da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Santo Tirso, CRL.-----

O Senhor Presidente propôs que a Câmara deliberasse solicitar autorização à Assembleia Municipal para a contratação do referido empréstimo com a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Santo Tirso, CRL nas condições propostas por aquela instituição financeira, através do ofício número 1043 de dezoito de Dezembro findo, do qual se junta cópia à presente acta e dela fica a fazer parte integrante constituindo as subseqüentes duas folhas.-----

A Câmara deliberou, com oito votos a favor, solicitar autorização à Assembleia Municipal para a contratação do referido empréstimo.-----





Crédito Agrícola
SANTO TIRSO

Exmo. Senhor
PRESIDENTE DA
CAMARA MUNICIPAL de SANTO TIRSO
Praça 25 de Abril
4780 - 373 Santo Tirso

1048

Refª

Santo Tirso, 18-Dez-08

Assunto: Proposta de Empréstimo (V/Refª DGF/F-3) - **EMPRÉSTIMO 2**

Exmo (s) Senhor(es),

Na sequência das vossas propostas sobre o assunto em epigrafe, somos pela presente a levar ao conhecimento de V.Exas, **as condições gerais em que a mesmas foram aprovadas:**

MODALIDADE: Financiamento Médio Longo Prazo - Proposta de empréstimo consulta 2

MONTANTE € 125.095,15

PRAZO TOTAL: 20 anos

CARÊNCIA DE CAPITAL: Até 2 anos o prazo de utilização das verbas

TAXA DE JURO: Euribor 6 meses Taxa Média + 0,80% arredondada à milésima

COMISSÃO ABERTURA: € 125,00 por empréstimo

COMISSÃO LIQUIDAÇÃO: Comissão de liquidação total / parcial = isento

COMISSÃO PAGAMENTO

DAS PRESTAÇÕES: Isento

PAGAMENTO JUROS: Semestral

PAGAMENTO CAPITAL: Semestral

FINALIDADE: Ampliação do Centro Escolar de Sequeirô

GARANTIAS: - Contrato de mutuo subscrito pela Camara Municipal de Santo Tirso
e com assinaturas reconhecidas na qualidade e com poderes para o acto
- Receitas do Municipio (como prevê a Lei Finanças Locais 02/2007 de 15/01)

OUTRAS CONDIÇÕES: - Utilização até 30 dias após o visto do Tribunal de Contas
- Autorização por parte da Assembleia Municipal
- Contratação de acordo com a Legislação em Vigor isto é Lei nº 2/2007 de 15/01
(Lei das Finanças Locais)

- Esta aprovação é válida por um prazo máximo de 30 dias, sendo que a formalização da mesma terá de ser efectuada num prazo máximo de 90 dias a contar da presente data.

- A presente aprovação deixará de produzir efeito desde logo se sobrevier qualquer tipo de facto que ponha em causa a análise de risco efectuada e/ou a formalização da operação ou se as informações prestadas pelo proponente contiverem falsidades, omissões ou desconformidades.

- Aguardamos as V/ prezadas instruções e apresentamos os nossos cumprimentos

(Ferreira da Silva)

(Rui Faria, Dr.)

SERVIÇO de DÍVIDA

Dados do Financiamento

Montante € 125.095,15

Taxa de Juro 5,095%

Periodicidade Semestral ▼

Prazo 40 períodos

Mês Inicial Número 1 ▼

Imposto 0%

PRESTAÇÃO

CONSTANTE

€ 5.023,27

QUADRO DE AMORTIZAÇÃO

Pdo.	Capital Dívida Início do Pdo.	Juros 5,095%	Imposto de selo 0%	Reembolso de Capital	Pagamento
1	€ 125.095,15	€ 3.186,80	€ 0,00	€ 1.836,47	€ 5.023,27
2	€ 123.258,68	€ 3.140,01	€ 0,00	€ 1.883,25	€ 5.023,27
3	€ 121.375,43	€ 3.092,04	€ 0,00	€ 1.931,23	€ 5.023,27
4	€ 119.444,21	€ 3.042,84	€ 0,00	€ 1.980,42	€ 5.023,27
5	€ 117.463,78	€ 2.992,39	€ 0,00	€ 2.030,88	€ 5.023,27
6	€ 115.432,91	€ 2.940,65	€ 0,00	€ 2.082,61	€ 5.023,27
7	€ 113.350,29	€ 2.887,60	€ 0,00	€ 2.135,67	€ 5.023,27
8	€ 111.214,63	€ 2.833,19	€ 0,00	€ 2.190,07	€ 5.023,27
9	€ 109.024,55	€ 2.777,40	€ 0,00	€ 2.245,87	€ 5.023,27
10	€ 106.778,69	€ 2.720,19	€ 0,00	€ 2.303,08	€ 5.023,27
11	€ 104.475,61	€ 2.661,52	€ 0,00	€ 2.361,75	€ 5.023,27
12	€ 102.113,86	€ 2.601,35	€ 0,00	€ 2.421,92	€ 5.023,27
13	€ 99.691,95	€ 2.539,65	€ 0,00	€ 2.483,61	€ 5.023,27
14	€ 97.208,33	€ 2.476,38	€ 0,00	€ 2.546,88	€ 5.023,27
15	€ 94.661,45	€ 2.411,50	€ 0,00	€ 2.611,77	€ 5.023,27
16	€ 92.049,68	€ 2.344,97	€ 0,00	€ 2.678,30	€ 5.023,27
17	€ 89.371,38	€ 2.276,74	€ 0,00	€ 2.746,53	€ 5.023,27
18	€ 86.624,85	€ 2.206,77	€ 0,00	€ 2.816,50	€ 5.023,27
19	€ 83.808,36	€ 2.135,02	€ 0,00	€ 2.888,25	€ 5.023,27
20	€ 80.920,11	€ 2.061,44	€ 0,00	€ 2.961,83	€ 5.023,27
21	€ 77.958,28	€ 1.985,99	€ 0,00	€ 3.037,28	€ 5.023,27
22	€ 74.921,00	€ 1.908,61	€ 0,00	€ 3.114,65	€ 5.023,27
23	€ 71.806,35	€ 1.829,27	€ 0,00	€ 3.194,00	€ 5.023,27
24	€ 68.612,35	€ 1.747,90	€ 0,00	€ 3.275,37	€ 5.023,27
25	€ 65.336,99	€ 1.664,46	€ 0,00	€ 3.358,81	€ 5.023,27
26	€ 61.978,18	€ 1.578,89	€ 0,00	€ 3.444,37	€ 5.023,27
27	€ 58.533,81	€ 1.491,15	€ 0,00	€ 3.532,12	€ 5.023,27
28	€ 55.001,69	€ 1.401,17	€ 0,00	€ 3.622,10	€ 5.023,27
29	€ 51.379,59	€ 1.308,90	€ 0,00	€ 3.714,37	€ 5.023,27
30	€ 47.665,22	€ 1.214,27	€ 0,00	€ 3.808,99	€ 5.023,27
31	€ 43.856,23	€ 1.117,24	€ 0,00	€ 3.906,03	€ 5.023,27
32	€ 39.950,20	€ 1.017,73	€ 0,00	€ 4.005,53	€ 5.023,27
33	€ 35.944,67	€ 915,69	€ 0,00	€ 4.107,58	€ 5.023,27
34	€ 31.837,09	€ 811,05	€ 0,00	€ 4.212,22	€ 5.023,27
35	€ 27.624,88	€ 703,74	€ 0,00	€ 4.319,52	€ 5.023,27
36	€ 23.305,35	€ 593,70	€ 0,00	€ 4.429,56	€ 5.023,27
37	€ 18.875,79	€ 480,86	€ 0,00	€ 4.542,40	€ 5.023,27
38	€ 14.333,39	€ 365,14	€ 0,00	€ 4.658,12	€ 5.023,27
39	€ 9.675,27	€ 246,48	€ 0,00	€ 4.776,79	€ 5.023,27
40	€ 4.898,48	€ 124,79	€ 0,00	€ 4.898,48	€ 5.023,27
TOTAIS		€ 75.835,48	€ 0,00	€ 125.095,15	€ 200.930,63

Nota:

- 1) Taxa de Juro nominal de Euribor 6 meses Taxa Media do dia 19/12/2008 acrescida de spread de 0,8%
- 2) Plano de reembolso supondo utilização integral na data de contratação do empréstimo



7. CONSTITUIÇÃO DE SERVIDÃO ADMINISTRATIVA DE AQUEDUTO PÚBLICO SUBTERRÂNEO SOBRE UMA PARCELA DE TERRENO PARTICULAR SITA EM S. TOMÉ DE NEGRELOS PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE “RECTIFICAÇÃO, PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS NA RUA CIDADE DE LUANDA – 2ª FASE”: RECTIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO CAMARÁRIA DE 03/09/2008 (ITEM 4 DA RESPECTIVA ACTA).-----

Presente informação da Divisão Jurídica e do Contencioso, de dezanove do corrente mês de Janeiro, registada com o número mil e noventa e sete, a propor a rectificação da deliberação camarária acima referida, no que se refere ao terreno identificado na respectiva planta cadastral como terreno 1, no sentido de que onde se lê:-----

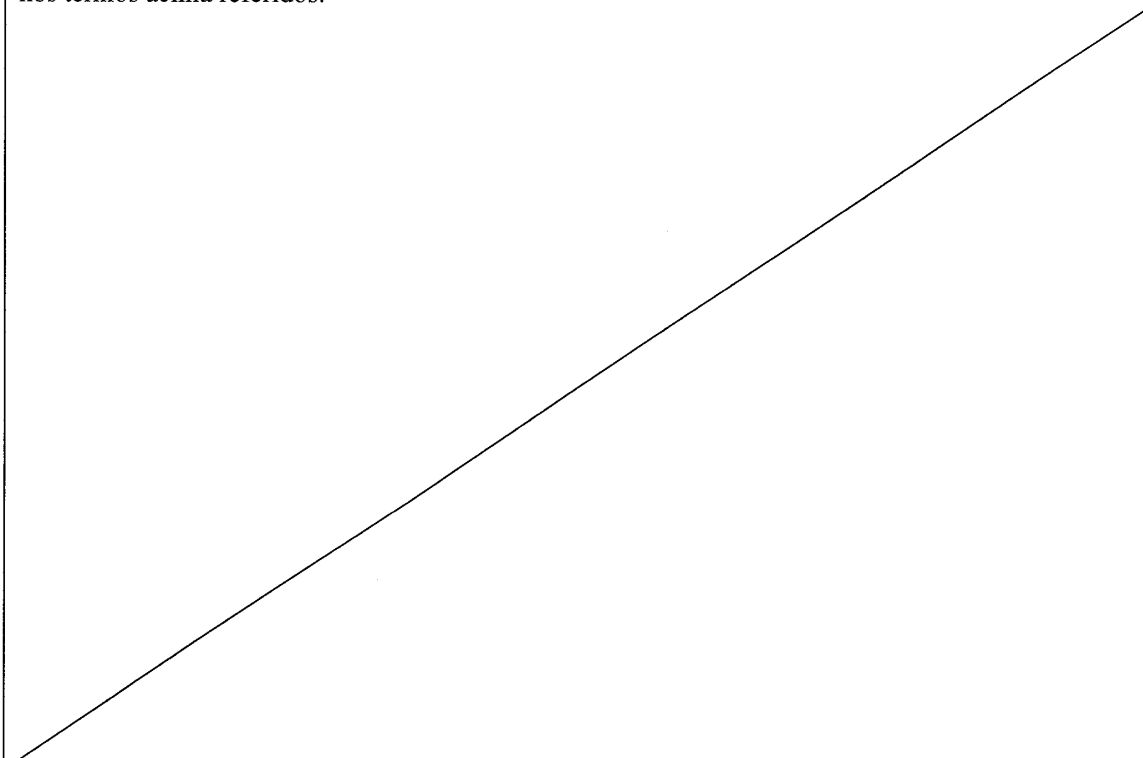
“a) Requerer, ao abrigo do disposto nos artigos 8º, nº 3 e 10º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei 168/99, e art. 64º, nº 7 da Lei 169/99, ambos de 18 de Setembro, ao Secretário de Estado da Administração Local, a declaração de utilidade pública da constituição urgente da servidão administrativa para instalação de um aqueduto público subterrâneo de drenagem de águas pluviais e respectivas caixas de visita sobre um caminho de servidão com 42,47m de comprimento e cerca de 4m de largura, sito no lugar da Aldeia Nova, freguesia de S. Tomé de Negrelos, concelho de Santo Tirso, melhor identificado a cor roxa na referida planta como terreno 1, delimitado no âmbito do Processo de Inventário Judicial nº 9/95 do 3º Juízo Cível do Tribunal Judicial de Santo Tirso, o qual é a confrontar de Norte com caminho público, de Sul e Nascente com Adelino Luís Gonçalves Pimenta e Poente Justina Ferreira Dias da Silva, compropriedade dos referidos confrontantes Justina e Adelino, ela residente na Rua Cidade Luanda, nº 36, e ele na Rua Armindo Coelho Cardoso, nº 59, da aludida freguesia de S. Tomé de Negrelos”, passe a constar:-----

“a) Requerer, ao abrigo do disposto nos artigos 8º, nº 3 e 10º do código das Expropriações, aprovado pela Lei 168/99, e art. 64º, nº 7 da Lei 169/99, ambos de 18 de Setembro, ao Secretário de Estado da Administração, a declaração de utilidade pública da constituição urgente da servidão administrativa



para instalação de um aqueduto público subterrâneo de drenagem de águas pluviais e respectivas caixas de visita sobre um caminho de servidão com 42,47m de comprimento e cerca de 4m de largura, sito no lugar da Aldeia Nova, freguesia de S. Tomé de Negrelos, concelho de Santo Tirso, melhor identificado a cor roxa na referida planta como terreno 1, **caminho esse que, aquando da sua criação, foi desanexado do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial sob o nº666/19971023 e inscrito na respectiva matriz urbana sob o art. 1487**, compropriedade dos referidos confrontantes Justina e Adelino, ela residente na Rua Cidade Luanda, nº 36, e ele na Rua Armindo Coelho Cardoso, nº 59, da aludida freguesia de S. Tomé de Negrelos”.-----

A Câmara deliberou, com oito votos a favor, rectificar a aludida deliberação camarária nos termos acima referidos.-----





8. AQUISIÇÃO DE UMA PARCELA DE TERRENO DESTINADA À EXECUÇÃO DA OBRA DE “RECTIFICAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DOS ARRUAMENTOS JUNTO À QUINTA DO PENEDO – SANTO TIRSO” (PARCELA C): ALTERAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE NEGOCIAÇÃO.-----

Presente informação da Divisão Jurídica e do Contencioso, de vinte e um do corrente mês de Janeiro, registada com o número mil cento e cinquenta e um, a comunicar que foram alteradas as condições de negociação de uma parcela de terreno com a área de 98,42 m² (noventa e oito vírgula quarenta e dois metros quadrados), necessária é execução da obra acima referida, cuja aquisição foi decidida por despacho do Presidente da Câmara de vinte e seis de Janeiro de dois mil e seis, do qual o executivo camarário tomou conhecimento em reunião realizada no dia um de Fevereiro do mesmo ano, pelo preço global de 1.125,00 € (mil cento e vinte e cinco euros), incluindo indemnização pelo corte da ramada.-----

A Divisão Jurídica informa que como a obra não foi então executada, o proprietário do terreno veio agora exigir outras condições.-----

O Senhor Presidente propôs, com fundamento na aludida informação, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todas os efeitos legais, que a câmara deliberasse adquirir a parcela de terreno abaixo descrita, pelo preço de 948,20 € (novecentos e quarenta e oito euros e vinte centimos), acrescido do pagamento de uma indemnização no montante de 700,00 € (setecentos euros) pelo corte da ramada na zona de intervenção da obra.-----

A Câmara assumirá ainda as seguintes obrigações:-----

- Reconstrução do muro de suporte e vedação existente nas condições actuais, em pedra seca com tomação de juntas (aproveitamento do material existente), na área de intervenção da obra;---
- Reposição do portão existente.-----

Identificação da parcela de terreno-----

Parcela de terreno com a área de 98,42m², sita no Lugar da Lomba, freguesia e concelho

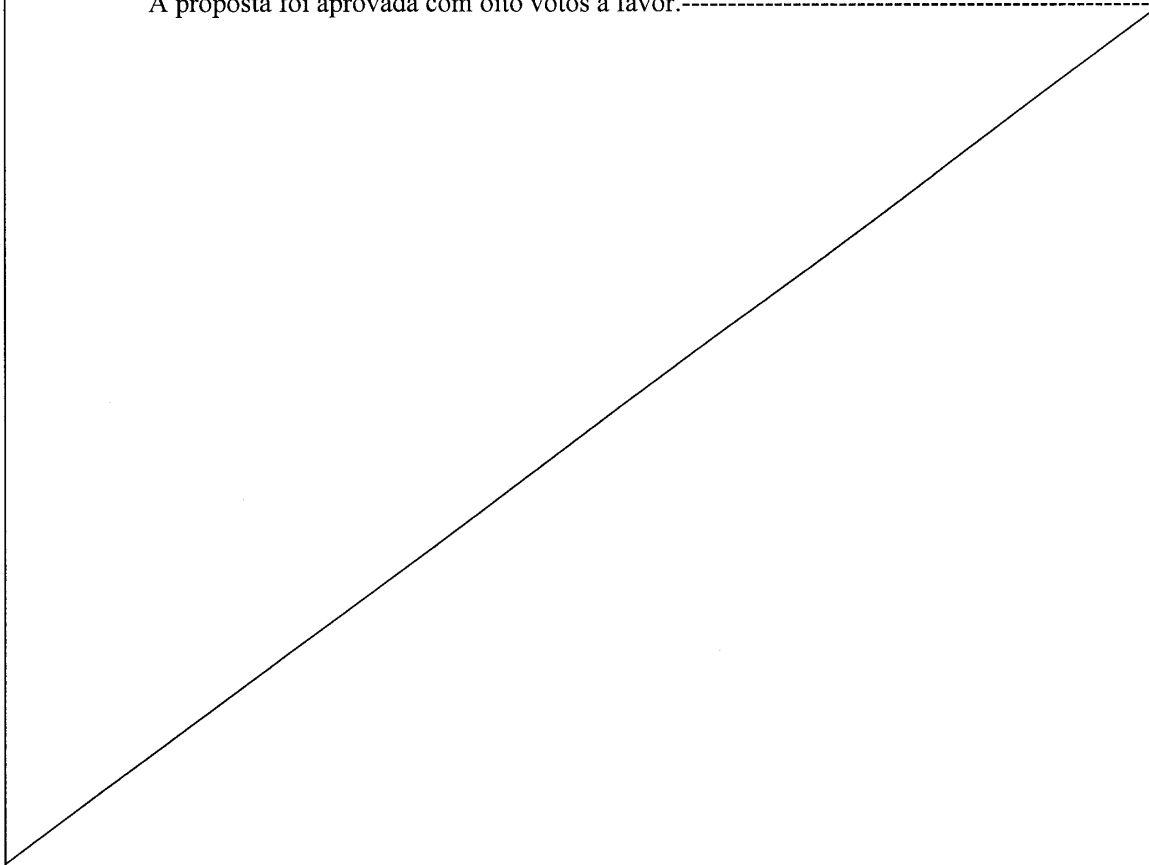


A handwritten mark, possibly a signature or initials, located in the top right corner of the page.

A large handwritten mark, possibly a signature or initials, located in the upper right area of the page.

de Santo Tirso, a confrontar de Norte e Nascente com caminho público, de Sul com a parte restante do prédio e de Poente com Vítor Manuel de Oliveira Pimentel Torres (Parcela B), a desanexar de um prédio rústico, denominado Bouça da Lomba, descrito na Conservatória do Registo Predial de Santo Tirso sob o nº6937 e inscrito na matriz respectiva sob o art.45º, propriedade de João Couto da Silva Ribeiro, casado com Arminda Pereira Gomes, residente no referido lugar, freguesia e concelho, contribuinte fiscal nº111952913, delimitada na planta que se anexa à presente acta e dela fica a fazer parte integrante constituindo a subsequente folha.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----







**9. PROJECTO DE REGULAMENTO DO COMPLEXO DESPORTIVO MUNICIPAL
E RESPECTIVA TABELA DE PREÇOS: APROVAÇÃO.-----**

Presente a proposta de Regulamento do Complexo Desportivo Municipal de Santo Tirso, composto pela Piscina Municipal, Pavilhão Desportivo Municipal e Polidesportivo Municipal, e respectiva Tabela de Preços, do qual se anexa cópia à presente acta e dela fica a fazer parte integrante constituindo o Anexo I da mesma, composto por catorze folhas.-----

Pelo Senhor Presidente foram apresentadas as seguintes propostas:-----

A) Considerando que compete à câmara municipal construir e gerir instalações e equipamentos desportivos (alínea f) do n.º 2 do artigo 64º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, proponho que a câmara municipal ao abrigo da competência prevista na alínea a) do n.º 7 do referido artigo 64º e alínea j) do n.º 1 do mesmo artigo), delibere aprovar o projecto de Regulamento e Tabela de Preços anexa, para efeitos de submissão do mesmo a inquérito público;-----

B) Considerando que se pretende que o Pavilhão Desportivo Municipal (instalação mencionada no n.º 3 do ponto II do Regulamento) entre em funcionamento no próximo dia vinte e oito de Fevereiro, sendo por isso urgente e de interesse público a entrada em vigor daquele Regulamento;-----

Considerando que até à data não foi publicada a “legislação própria” referida no artigo 117º do Código do Procedimento Administrativo, para a qual remete o artigo 118º do mesmo Código;

Considerando, por esse facto, que há quem entenda duvidosa a imediata exequibilidade do referido artigo 118º;-----

Considerando que o Regulamento em causa não contém normas que afectem direitos ou interesses legalmente protegidos, sendo simples normas de utilização e gestão daquelas instalações;--

Considerando, apesar do referido, que se deve dar aos interessados (eventuais utilizadores daquelas instalações) o direito de se pronunciarem sobre aquele Regulamento, proponho que o mesmo seja submetido a inquérito público, pelo prazo de quinze dias úteis a contar da data da

Reunião : ORDINÁRIA

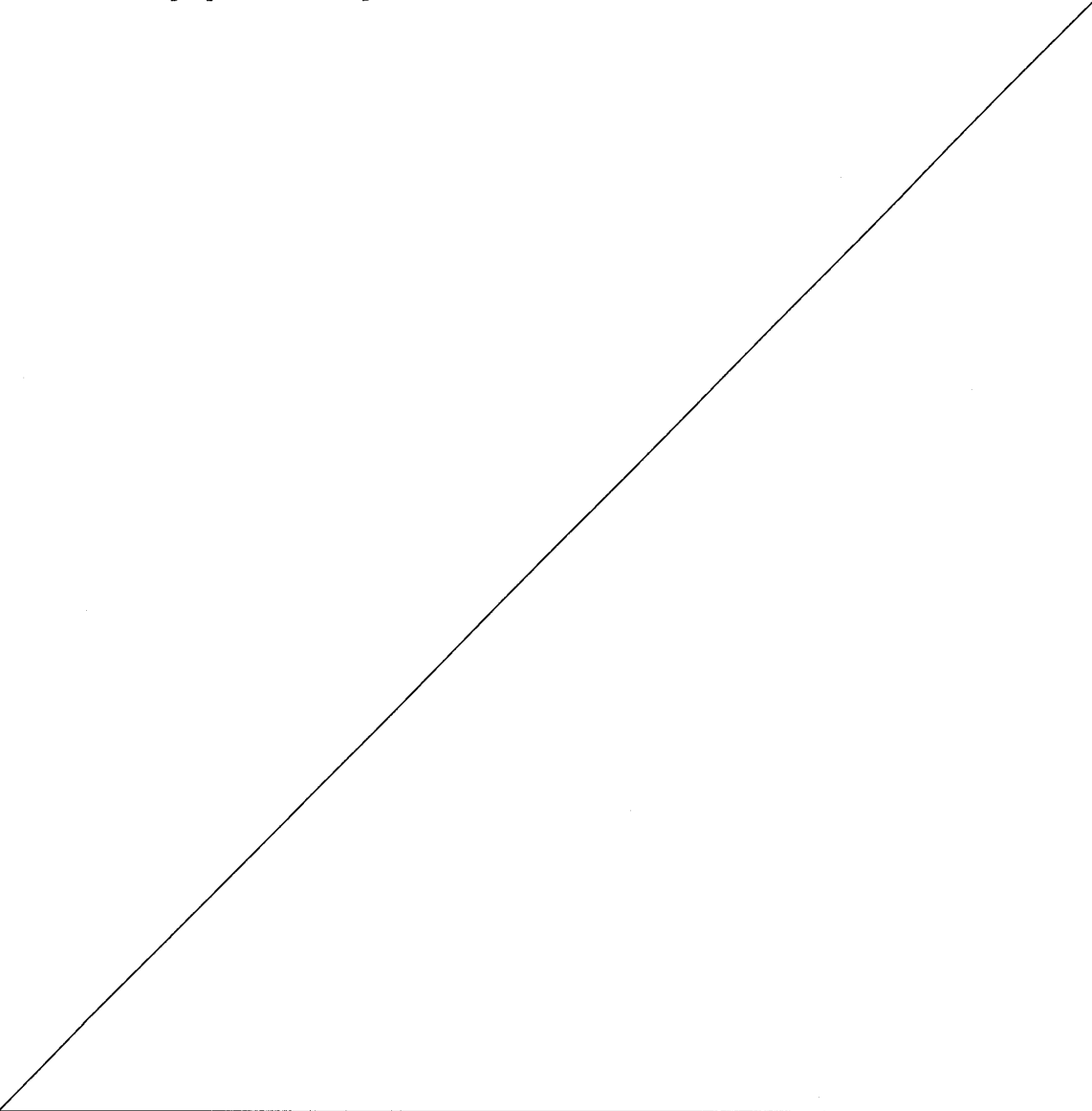


Câmara Municipal de Santo Tirso

Acta N.º 2 Fl. 25
28 de Janeiro de 2009

afixação de edital na câmara municipal.-----

As propostas foram aprovadas com oito votos a favor.-----





10. OUTROS SUBSIDIOS.-----

A) JOGOS JUVENIS CONCELHIOS / 2008: PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSIDIO ÀS ASSOCIAÇÕES DESPORTIVAS ORGANIZADORAS: ADITAMENTO À DELIBERAÇÃO CAMARÁRIA DE 25/06/2008 (ITEM 9A DA RESPECTIVA ACTA).-----

O Senhor Presidente propôs que a Câmara Municipal, em aditamento à deliberação camarária acima referida, deliberasse atribuir às colectividades desportivas abaixo identificadas os seguintes subsídios:-----

FUTEBOL CLUBE CALDAS – Areias-----85,00 € (oitenta e cinco euros)

FUTEBOL CLUBE REBORDÕES – Rebordões-----85,00 € (oitenta e cinco euros)

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----



7

7

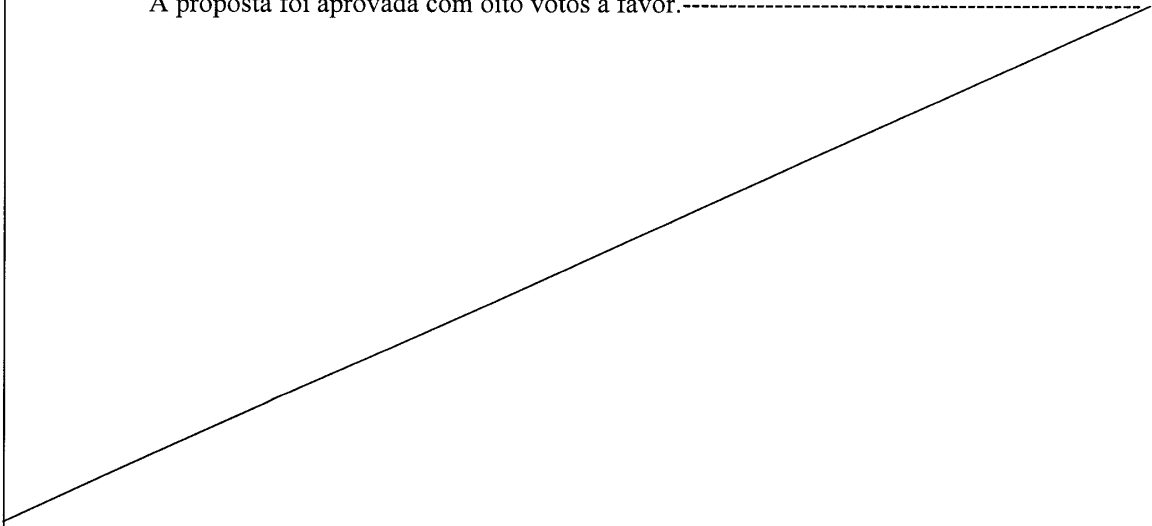
10. B) À JUNTA DE FREGUESIA DA LAMA – ALARGAMENTO E PAVIMENTAÇÃO DA RUA ÁLVARO DE SOUSA MARQUES – REFORÇO DE SUBSIDIO.

Presente informação da Divisão de Vias, de vinte e quatro de Novembro último, registado com o número mil e vinte e três / dois mil e nove, a comunicar que no âmbito da execução da obra acima identificada, subsidiada por deliberação camarária de nove de Julho último, (item 6.B da respectiva acta) se colocou a hipótese de ser implementada rede de saneamento naquela rua, aproveitando a intervenção profunda que a mesma está a sofrer.-----

Mais informa que a estimativa orçamental dos trabalhos que se mostram necessários, de acordo com projecto elaborado pelos Serviços Municipalizados de Água, Electricidade e Saneamento, é de 9.963,28 € (nove mil novecentos e sessenta e três euros e vinte e oito cêntimos).----

O Senhor Presidente propôs que a câmara deliberasse atribuir à Junta de Freguesia da Lama um subsidio no montante de 10.461,45 € (dez mil quatrocentos e sessenta e um euros e quarenta e cinco cêntimos) com IVA incluído, para custear as despesas com a execução da rede de saneamento na referida rua, a executar com acompanhamento e fiscalização dos serviços técnicos da câmara e a pagar à medida da execução dos trabalhos.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----





10. C) À JUNTA DE FREGUESIA DE REFOJOS: BENEFICIAÇÃO DA COBERTURA DO EDIFÍCIO DA ESCOLA E.B.1/JI DE REFOJOS.-----

Presente ofício da Junta de Freguesia de Refojos, de seis de Setembro último, registado com o número treze mil oitocentos e quarenta e um, a comunicar que se mostra necessário proceder a obras de beneficiação da cobertura do edifício acima referido.-----

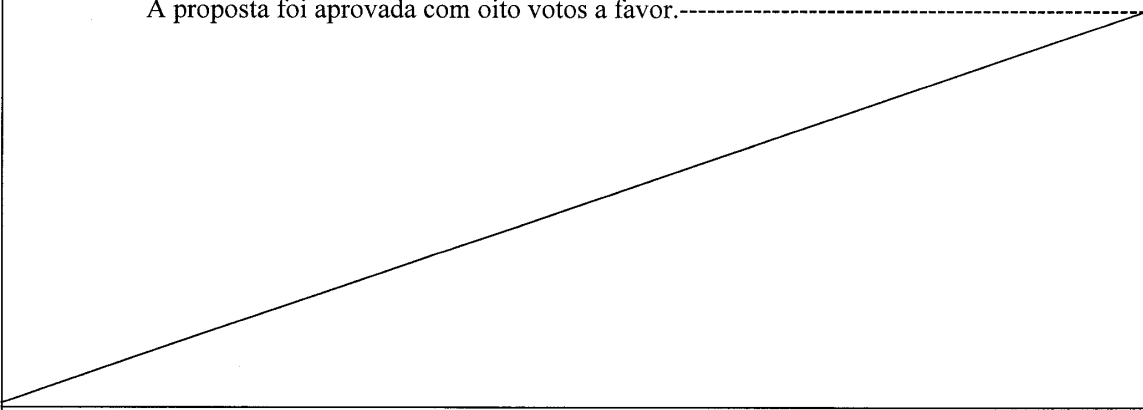
A Divisão de Edifícios informa, em vinte e três de Dezembro findo, que a cobertura do edifício em causa está bastante degradada, sendo necessário proceder à substituição da mesma.-----

Para o efeito apresenta duas propostas de intervenção, uma com uma estimativa orçamental de 14.388,15 € (catorze mil trezentos e oitenta e oito euros e quinze cêntimos), com IVA incluído, e outra com uma estimativa orçamental de 20.268,15 € (vinte mil duzentos e sessenta e oito euros e quinze cêntimos), também com IVA incluído.-----

A Chefe da Divisão de Edifícios informa, em sete do corrente mês de Janeiro, que já existe isolamento térmico colocado na cobertura (lã de rocha), pelo que poderá ser adoptada a primeira solução.-----

O Senhor Presidente propôs que a Câmara deliberasse atribuir à Junta de Freguesia de Refojos um subsídio no montante da 14.388,15 € (catorze mil trezentos e oitenta e oito euros e quinze cêntimos) para custear as despesas com a obra em causa, a executar com acompanhamento e fiscalização dos serviços técnicos da câmara e a pagar à medida da execução dos trabalhos.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----





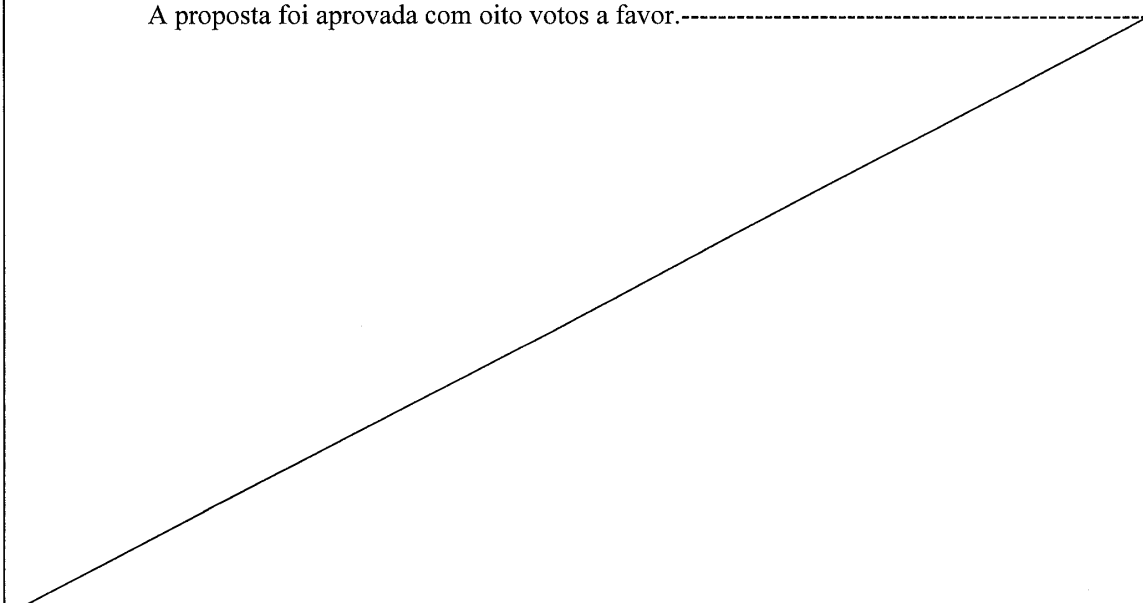
10. D) À JUNTA DE FREGUESIA DA CARREIRA (S. TIAGO): REMODELAÇÃO DA ESCOLA DA PARADA.-----

Presente ofício de vinte e dois de Setembro último, da Junta de Freguesia da Carreira, registado com o número quinze mil quatrocentos e oitenta e sete, a solicitar a atribuição de um subsídio no montante de 4.860,00 € (quatro mil oitocentos e sessenta euros), mais IVA, para custear as despesas com obras de remodelação efectuadas na escola da Parada.-----

A Divisão de Edifícios informa, em doze do corrente mês de Janeiro, que a obra está praticamente concluída e que os trabalhos estão realizados em condições aceitáveis. Mais informam que a estimativa orçamental dos trabalhos realizados é de 5.101,43 € (cinco mil cento e um euros e quarenta e três cêntimos), com IVA incluído.-----

O Senhor Presidente propôs que a câmara deliberasse atribuir à Junta de Freguesia da Carreira um subsídio no montante de 5.101,43 € (cinco mil cento e um euros e quarenta e três cêntimos).-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----





10. E) À JUNTA DE FREGUESIA DE GUIMAREI: PAVIMENTAÇÃO DE UM TROÇO DA RUA DA DEGODINHA.-----

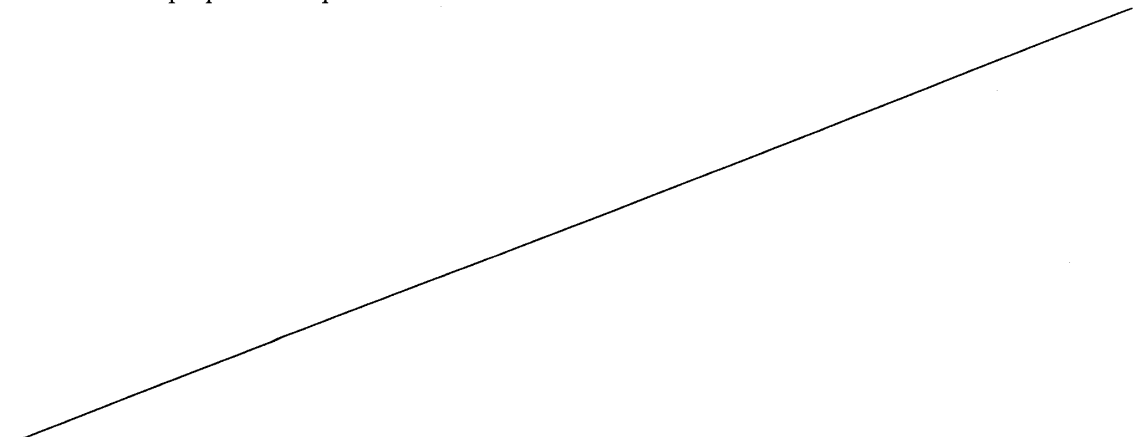
Presente ofício da Junta de Freguesia de Guimarei, de sete do corrente mês de Janeiro, registado com o número seiscentos e setenta, a solicitar que, no decurso das obras de rectificação e pavimentação da Rua da Degodinha, que estão já a decorrer, seja também pavimentado um troço daquela Rua não inicialmente previsto.-----

A Divisão de Vias informa que o arruamento em questão serve de acesso a várias habitações e não se encontra pavimentado.-----

Mais informam que a estimativa orçamental dos trabalhos que se mostram necessários é de 16.649,33 € (dezassex mil seiscentos e quarenta e nove euros e trinta e três cêntimos), com IVA incluído.-----

O Senhor Presidente propôs que a câmara deliberasse atribuir à Junta de Freguesia de Guimarei um subsidio no montante de 16.649,33 € (dezassex mil seiscentos e quarenta e nove euros e trinta e três cêntimos), para custear as despesas com a obra acima referida, a executar com acompanhamento técnico e fiscalização dos serviços da câmara e a pagar à medida da execução dos trabalhos.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----





10. F) À JUNTA DE FREGUESIA DE REBORDÕES: PAVIMENTAÇÃO DA RUA D. PEDRO V: REFORÇO DE SUBSIDIO.-----

Presente ofício de vinte e sete de Novembro último, da Junta de Freguesia de Rebordões, registado com o número dezanove mil cento e sessenta e sete, a solicitar um subsidio no montante de 8.346,48 € (oito mil trezentos e quarenta e seis euros e quarenta e oito cêntimos), em reforço do subsidio atribuído por deliberação camarária de doze de Julho de dois mil e sete (item 9L da respectiva acta).-----

A Divisão de Vias informa, em dois do corrente mês de Janeiro, que na obra em causa houve necessidade de executar trabalhos não inicialmente contemplados e que se mostraram necessários para o bom acabamento da obra.-----

Mais informam que o valor total dos trabalhos realizados foi de 18.862,23 € (dezoito mil oitocentos e sessenta e dois euros e vinte e três cêntimos), com IVA incluído.-----

O Senhor Presidente propôs que a câmara deliberasse atribuir à Junta de Freguesia de Rebordões um subsidio no montante de 8.346,48 € (oito mil trezentos e quarenta e seis euros e quarenta e oito cêntimos), em reforço do subsidio anteriormente atribuído.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----





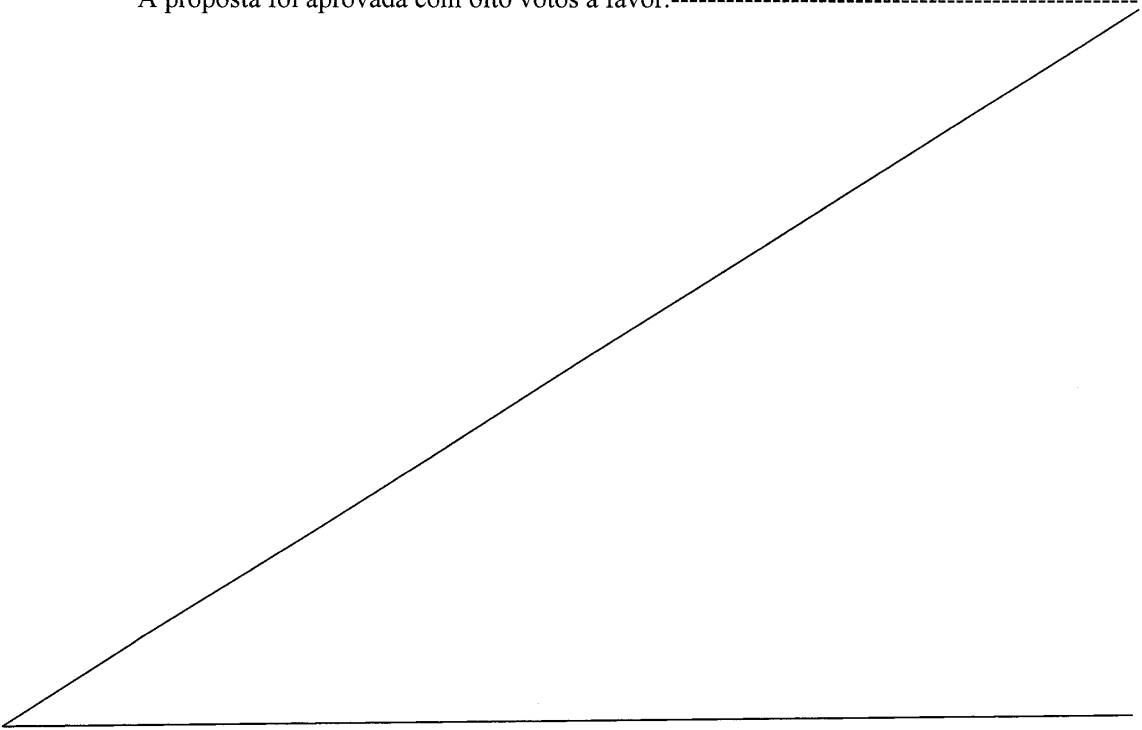
10. G) À FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE LAMELAS: RESTAURO DA IGREJA PAROQUIAL.-----

Presente ofício de treze de Novembro último, registado com o número dezoito mil e três, do Pároco da Paróquia de Lamelas, em representação da Fábrica da Igreja Paroquial de Lamelas, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com as obras de restauro da igreja de Lamelas, apresentando um orçamento no valor de 89.500,00 €, sem IVA.-----

A Divisão de Edifícios informa quais os trabalhos que foram executados e que o orçamento apresentado se considera aceitável face à natureza e volume dos trabalhos realizados.-----

O Senhor Presidente propôs que a câmara deliberasse atribuir à Fábrica da Igreja Paroquial de Lamelas um subsídio no montante de 11.000,00 € (onze mil euros).-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----



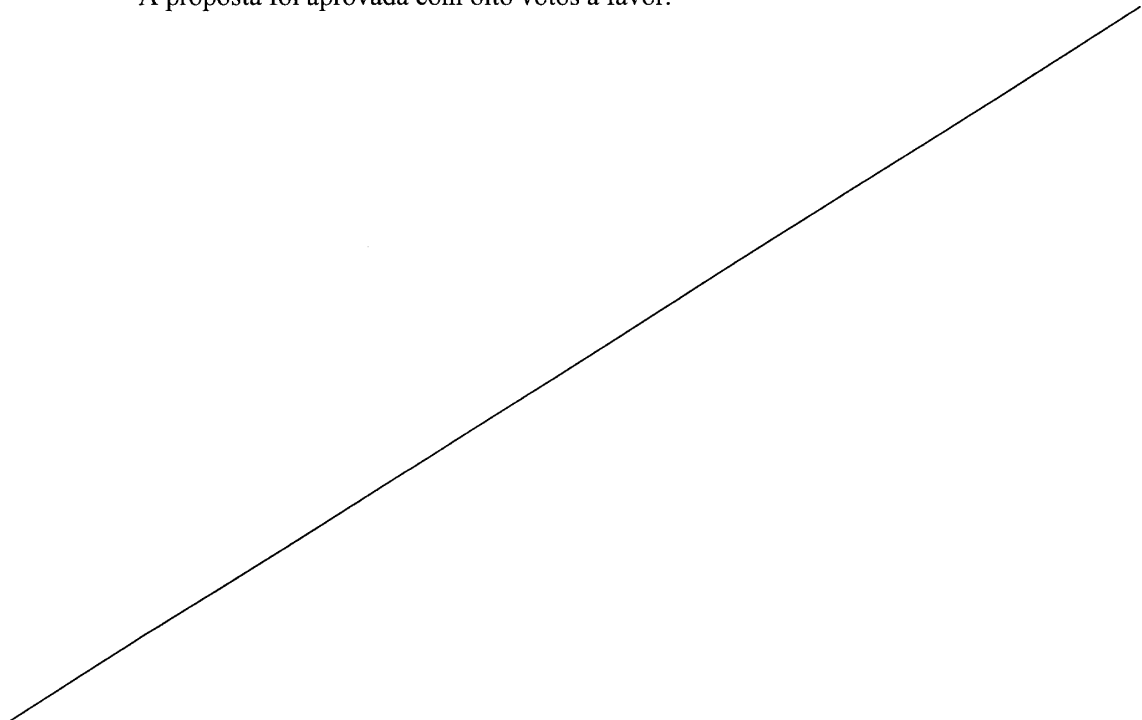


10. H) À ASSOCIAÇÃO CULTURAL POPULAR BOMBOS E CONCERTINAS “OS CORDOVENSES”-----

Presente ofício de vinte e oito de Março de dois mil e oito, da Associação acima identificada, registado com o número cinco mil oitocentos e sessenta e sete, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com a realização de uma iniciativa de carácter cultural, intitulada “6º Encontro de Bombos e Concertinas”, que teve lugar nos dias doze e treze de Julho último.-----

O Senhor Presidente propôs que a Câmara deliberasse atribuir à Associação Cultural Popular Bombos e Concertinas “Os Cordovenses”, um subsídio no montante de 250,00 € (duzentos e cinquenta euros).-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----





10. I) 4º FESTIVAL DA CANÇÃO “VOZ DOS JOVENS” ORGANIZADO PELO GRUPO DE JOVENS DE MONTE CÓRDOVA.-----

Presente ofício de Dezembro último, registado com o número um / dois mil e nove, do Grupo de Jovens de Monte Córdova, representado por Patrícia Daniela Neto Carneiro, a solicitar o apoio da câmara municipal para a organização do 4º Festival da Canção “Voz dos Jovens”, que terá lugar no próximo dia sete de Fevereiro no salão Paroquial de Monte Córdova.-----

Pelo Senhor Presidente foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando que o evento em causa merece ser apoiado pela câmara municipal;-----

Considerando que a sua realização só é possível devido ao trabalho voluntarioso do referido Grupo de Jovens;-----

Considerando o disposto na alínea b) do n.º 4 do artigo 64º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, proponho a atribuição de um subsídio no montante de 250,00 € (duzentos e cinquenta euros) ao Grupo de Jovens de Monte Córdova, representado por Patrícia Daniela Neto Carneiro para ajudar a custear as despesas com o referido evento cultural.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----



10. J) À JUNTA DE FREGUESIA DE COUTO (S. MIGUEL): ARRANJOS ENVOLVENTES À SEDE DA JUNTA DE FREGUESIA.-----

Presente ofício de trinta de Setembro último, da Junta de Freguesia de Couto (S. Miguel), registado com o número quinze mil trezentos e noventa e cinco, a solicitar a atribuição de um subsídio no montante de 10.000,00 € (dez mil euros) para custear as despesas com as obras acima referidas.-----

A Divisão de Edifícios informa, em dezasseis de Dezembro último, que tendo em conta a natureza dos trabalhos realizados pela Junta de Freguesia, é aceitável o valor solicitado.-----

O Senhor Presidente propôs que a Câmara deliberasse atribuir à Junta de Freguesia de Couto (S. Miguel) um subsídio no montante de 10.000,00 € (dez mil euros).-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----



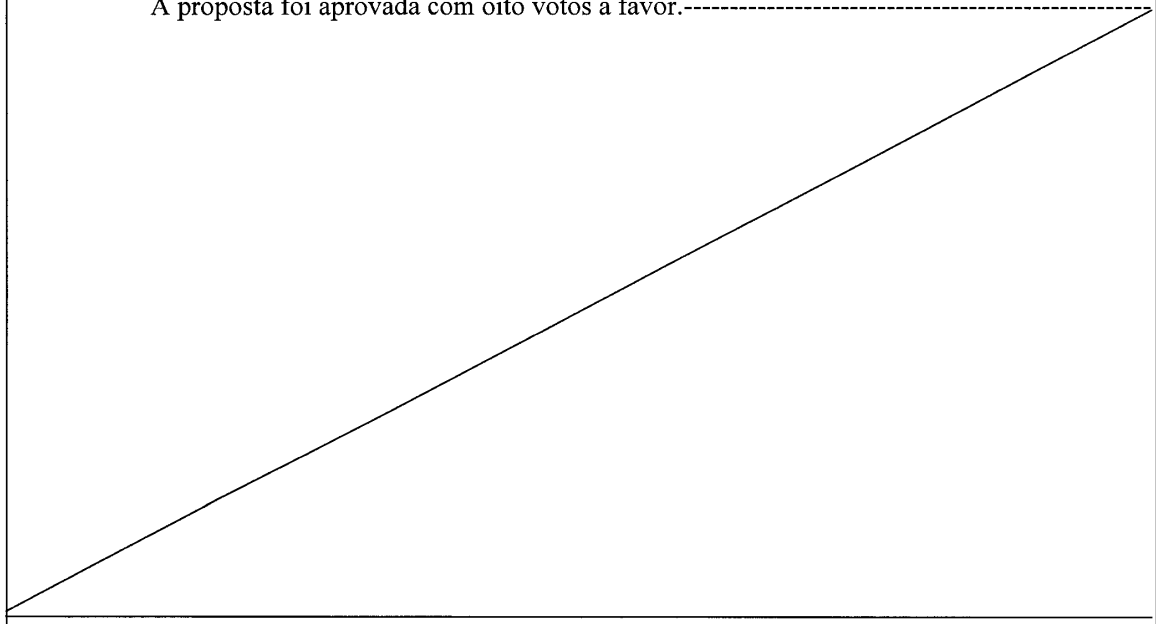
10. K) À JUNTA DE FREGUESIA DE S. SALVADOR DO CAMPO:
PAVIMENTAÇÃO EM DIVERSOS ARRUAMENTOS DA FREGUESIA.-----

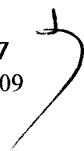
Presente ofício da Junta de Freguesia de S. Salvador do Campo, de trinta de Dezembro último, registado com o número trezentos e sessenta e cinco / dois mil nove, a solicitar a pavimentação de diversos arruamentos da freguesia.-----

A Divisão de Vias, por informação de dezanove do corrente mês de Janeiro, informa quais os trabalhos que se mostram necessário executar, cuja estimativa orçamental é de 9.033,15 € (nove mil e trinta e três euros e quinze centimos), com IVA incluído.-----

O Senhor Presidente propôs que a câmara deliberasse atribuir à Junta de Freguesia de S. Salvador do Campo um subsidio no montante de 9.033,15 € (nove mil e trinta e três euros e quinze centimos), para custear as despesas com os trabalhos descritos na referida informação da Divisão de Vias, a executar com acompanhamento e fiscalização dos serviços técnicos da câmara e a pagar à medida da execução dos trabalhos.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----





11. PROCESSO DE LOTEAMENTO N.º 232/02, EM NOME DE VARZIELA – IMOBILIÁRIAS S.A. – ALTERAÇÃO DAS CONDIÇÕES DA LICENÇA PARA CUMPRIMENTO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL EM VIGOR.-----

Presente o processo de loteamento acima referido, do qual consta despacho do Presidente da Câmara Municipal de vinte e dois do corrente mês de Janeiro, que declarou a nulidade do seu despacho de trinta e um de Março de dois mil e três, constante de folhas duzentas e quinze do respectivo processo, que aprovou o pedido de licenciamento da operação de loteamento em causa.----

Pelo Senhor Presidente foi dito:-----

Na sequência de uma auditoria ao município de Santo Tirso efectuada pela Inspecção Geral de Finanças esta entidade tutelar manifestou o entendimento de que o licenciamento daquela operação de loteamento padecia de nulidade em virtude de não cumprir o número mínimo de lugares de estacionamento privados e públicos exigidos nos números 1 e 2 do artigo 14º do Regulamento do Plano Director Municipal em vigor;-----

Na sequência daquela auditoria, o processo foi remetido para a Procuradoria da República junto do Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel, onde deu origem ao P.A. 36/07, junto do qual, em sede de audiência, a câmara municipal defendeu que não obstante se verificasse no loteamento um défice de lugares públicos verificava-se por outro lado um excesso de lugares privados e que deveria ser feita a compensação entre os lugares públicos em falta pelos lugares privados em excesso;-----

No âmbito do referido P.A., o Senhor Procurador da República pediu parecer à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, que veio a concordar com a «praxis administrativa» dos serviços da câmara municipal de, para efeitos da alínea b) do n.º 1 do artigo 14º do Regulamento do PDM, considerarem área de trabalho o valor de 80% da área de construção, desde que seja enquadrada numa actuação genérica para todos os casos similares (o que é o caso);-----

Manifestou no entanto o entendimento de que a interpretação do artigo 14º do Regulamento do PDM aponta no sentido da não possibilidade de compensar estacionamento privado



Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

com lugares públicos de estacionamento pois a distinta regulamentação estabelecida pressupões que desempenham funções autónomas;-----

O Senhor Procurador da República veio a aderir àquele parecer, tendo comunicado à câmara municipal que nada se opõe à alteração do loteamento em causa, desde que essa alteração i) se fundasse no reconhecimento da nulidade do seu licenciamento, ii) fosse efectuada ao abrigo do artigo 48º do DL 555/99, de 16 de Dezembro e iii) desse origem à emissão, publicitação e registo de novo alvará a expensas do município;-----

Na sequência do que veio a ser proferido o referido despacho de vinte e dois do corrente mês de Janeiro, que reconhece a nulidade de licenciamento;-----

Muito embora o procedimento mais consentâneo com o previsto na lei em consequência da declaração de nulidade fosse o loteador ter de requerer novo processo de licenciamento, em conformidade com a legislação, instrumentos de planeamento urbanístico e normas regulamentares agora em vigor, esse procedimento seria demasiado oneroso para o loteador e demais interessados no loteamento (proprietários dos lotes), uma vez que quase todos os lotes já foram vendidos, nos mesmos já foram construídos pavilhões, onde estão instaladas indústrias e armazéns, sendo que a nulidade do alvará acarreta também a nulidade subsequente de todas as licenças de construção já emitidas, obrigando também os respectivos proprietários dos lotes a requererem novo licenciamento das construções efectuadas, com todos os prejuízos e demoras processuais inerentes;-----

O artigo 134º, n.º 3, do Código do Procedimento Administrativo prevê a possibilidade de se atribuírem certos efeitos jurídicos a situações de facto decorrentes de actos nulos, pelo que, à luz deste normativo legal e com base no princípio do aproveitamento dos actos administrativos, propõe-se que a câmara municipal determine, ao abrigo do n.º 2 do artigo 48º do DL 555/99, de 16 de Dezembro, alterar as condições da licença da operação de loteamento em causa a fim de a adaptar ao exigido pelo Plano Director Municipal em vigor, nos termos no n.º 1 do mesmo artigo 48º;-----

Consequentemente, devem os serviços elaborar projecto de loteamento para a área em causa que respeite o Plano Director Municipal em vigor e demais legislação aplicável, podendo

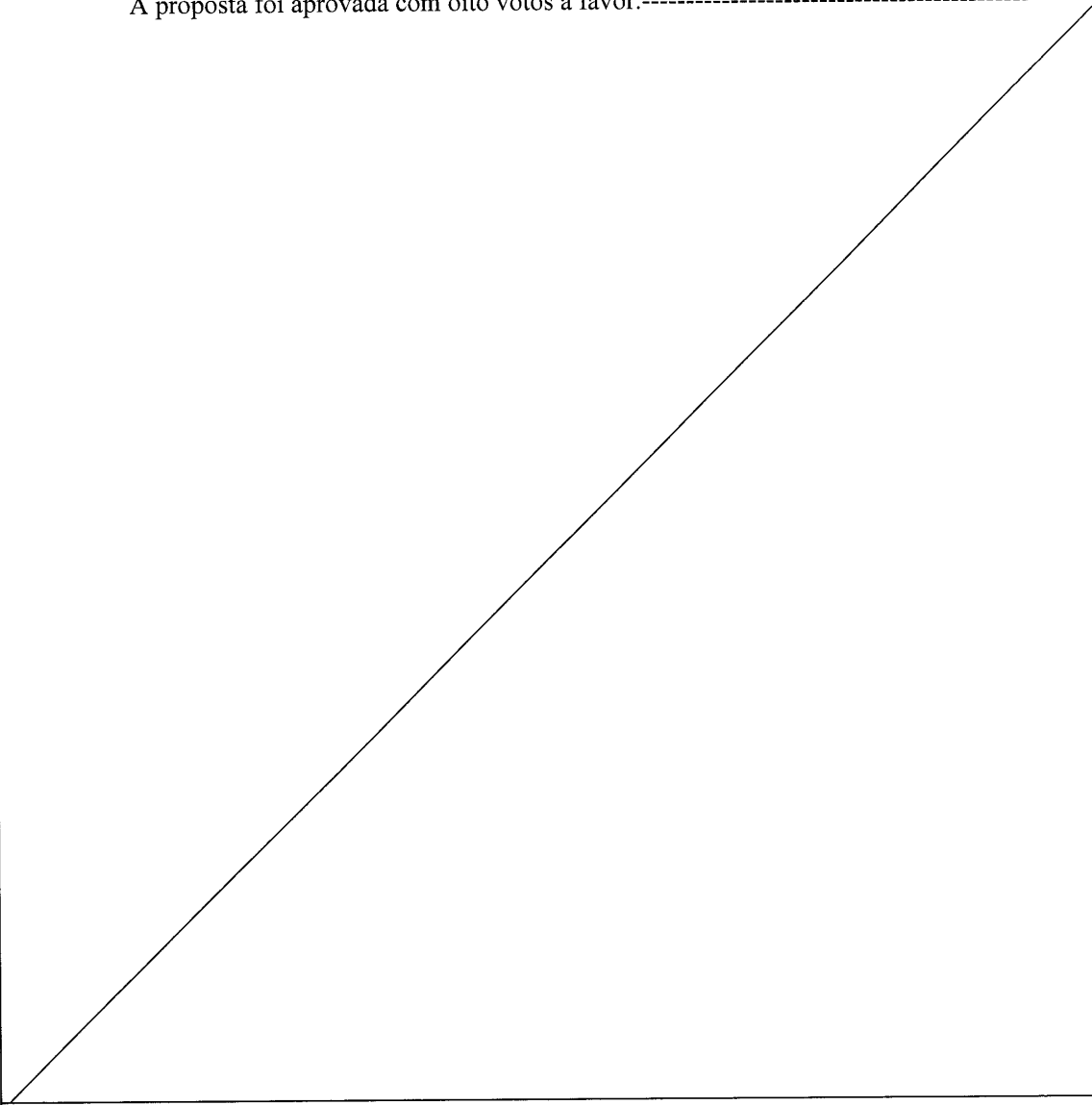


Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

aproveitar as peças juntas ao processo, para posterior aprovação pela câmara municipal, procedendo-se à audiência prévia dos interessados nos termos do n.º 3 do referido artigo 48º.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----





Reunião : ORDINÁRIA

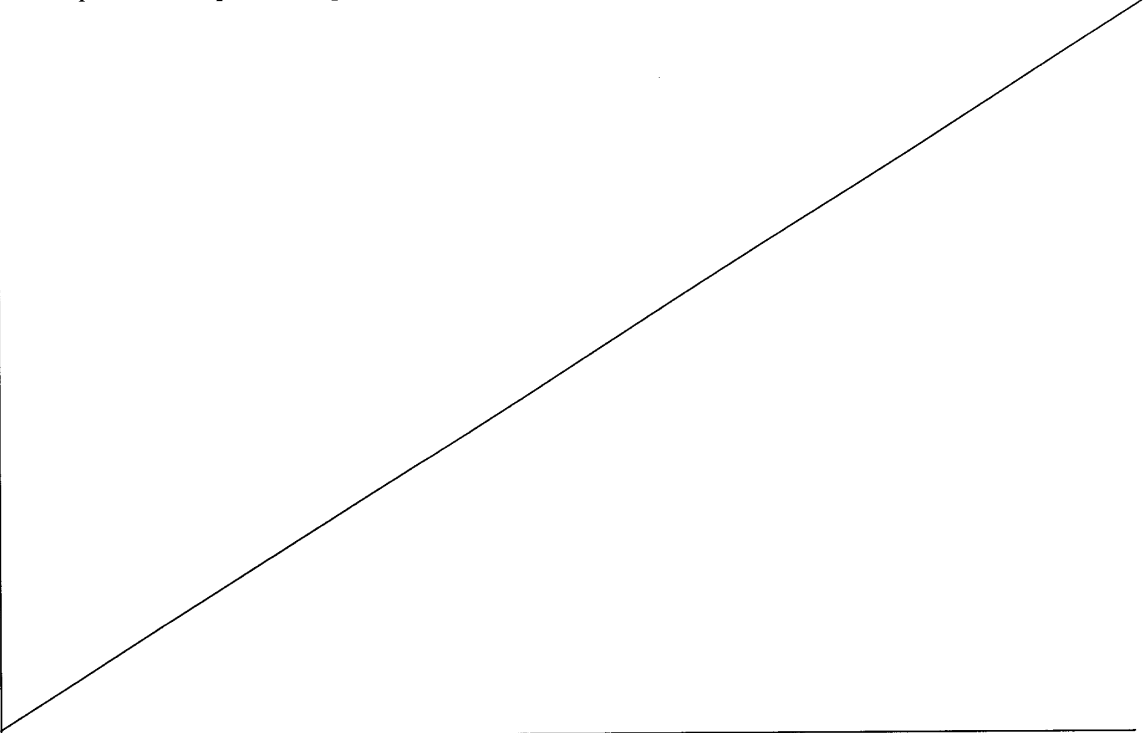
Câmara Municipal de Santo Tirso

Finda a discussão e votação dos assuntos previamente incluídos na ordem do dia da presente reunião, o Senhor Presidente propôs, ao abrigo do disposto no artigo 83º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, que o executivo camarário reconhecesse a urgência de deliberação imediata sobre os seguintes assuntos:-----

- Protocolo celebrado com a Associação de Silvicultores do Vale do Ave, tendo por objecto acções de defesa da floresta contra incêndios: Ratificação.-----

- Proposta de atribuição de subsidio a agrupamentos de escolas para fazer face a despesas com pessoal não docente que desempenha serviço à tarefa nas escolas do concelho.-----

A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes na reunião, reconhecer a urgência de deliberação imediata sobre os referidos assuntos, os quais passam a constituir os subsequentes dois pontos da presente acta.-----



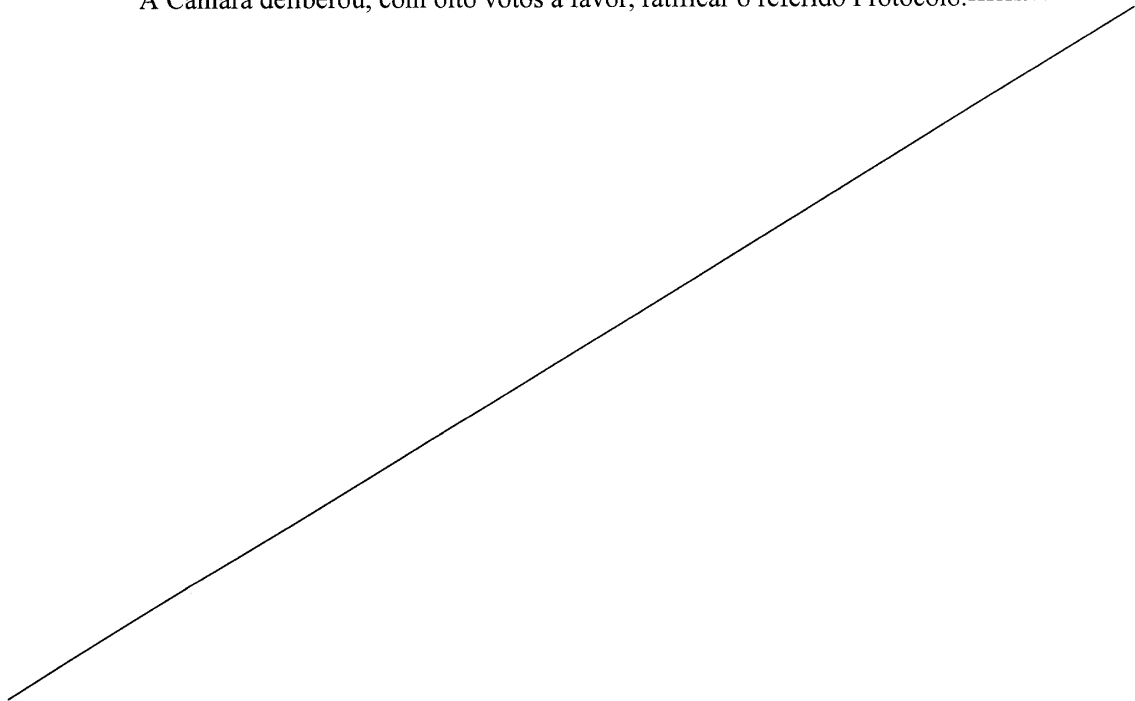


12. PROTOCOLO CELEBRADO COM A ASSOCIAÇÃO DE SILVICULTORES DO VALE DO AVE, TENDO POR OBJECTO ACÇÕES DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS: RATIFICAÇÃO-----

Presente informação de vinte de Novembro último, da Divisão de Planeamento Ambiental e Valorização da Paisagem, a remeter, para ratificação da Câmara Municipal, o Protocolo de Colaboração celebrado entre a Câmara Municipal e a Associação dos Silvicultores do Vale do Ave, que tem por objecto a constituição e funcionamento de uma equipa de Sapadores Florestais, no âmbito das acções de defesa da floresta contra incêndios, apoiada financeiramente pela câmara municipal com a comparticipação de 45.000,00 € (quarenta e cinco mil euros).-----

Anexa-se à presente acta e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o Anexo II da mesma, composto por quatro folhas, cópia do aludido Protocolo.-----

A Câmara deliberou, com oito votos a favor, ratificar o referido Protocolo.-----





13. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSIDIO A AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS PARA FAZER FACE A DESPESAS COM PESSOAL NÃO DOCENTE QUE DESEMPENHA SERVIÇO À TAREFA NAS ESCOLAS DO CONCELHO.-----

Presente uma proposta da Vereadora da Educação, Eng.ª Ana Maria Moreira Ferreira, de vinte e seis do corrente mês de Janeiro, registada com o número mil duzentos e trinta e dois / dois mil e nove, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais.-----

O Senhor Presidente propôs que a câmara municipal deliberasse atribuir aos agrupamentos de escolas abaixo identificados os montantes dos subsídios referidos, para fazer face a despesas com o pessoal não docente que desempenha serviço à tarefa e imprescindível para o bom funcionamento das escolas, correspondente aos meses de Janeiro, Fevereiro e Março, até se regularizar definitivamente a situação.-----

Agrupamento Vertical de Santo Tirso-----10.487,92 €

(dez mil quatrocentos e oitenta e sete euros e noventa e dois cêntimos).-----

Agrupamento Vertical de S. Martinho do Campo-----9.450,66 €

(nove mil quatrocentos e cinquenta euros e sessenta e seis cêntimos).-----

Agrupamento Vertical do Ave-----4.406,96 €

(quatro mil quatrocentos e seis euros e noventa e seis cêntimos).-----

Agrupamento Vertical D'Agrela e Vale do Leça-----7.061,18 €

(sete mil e sessenta e um euros e dezoito cêntimos).-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----

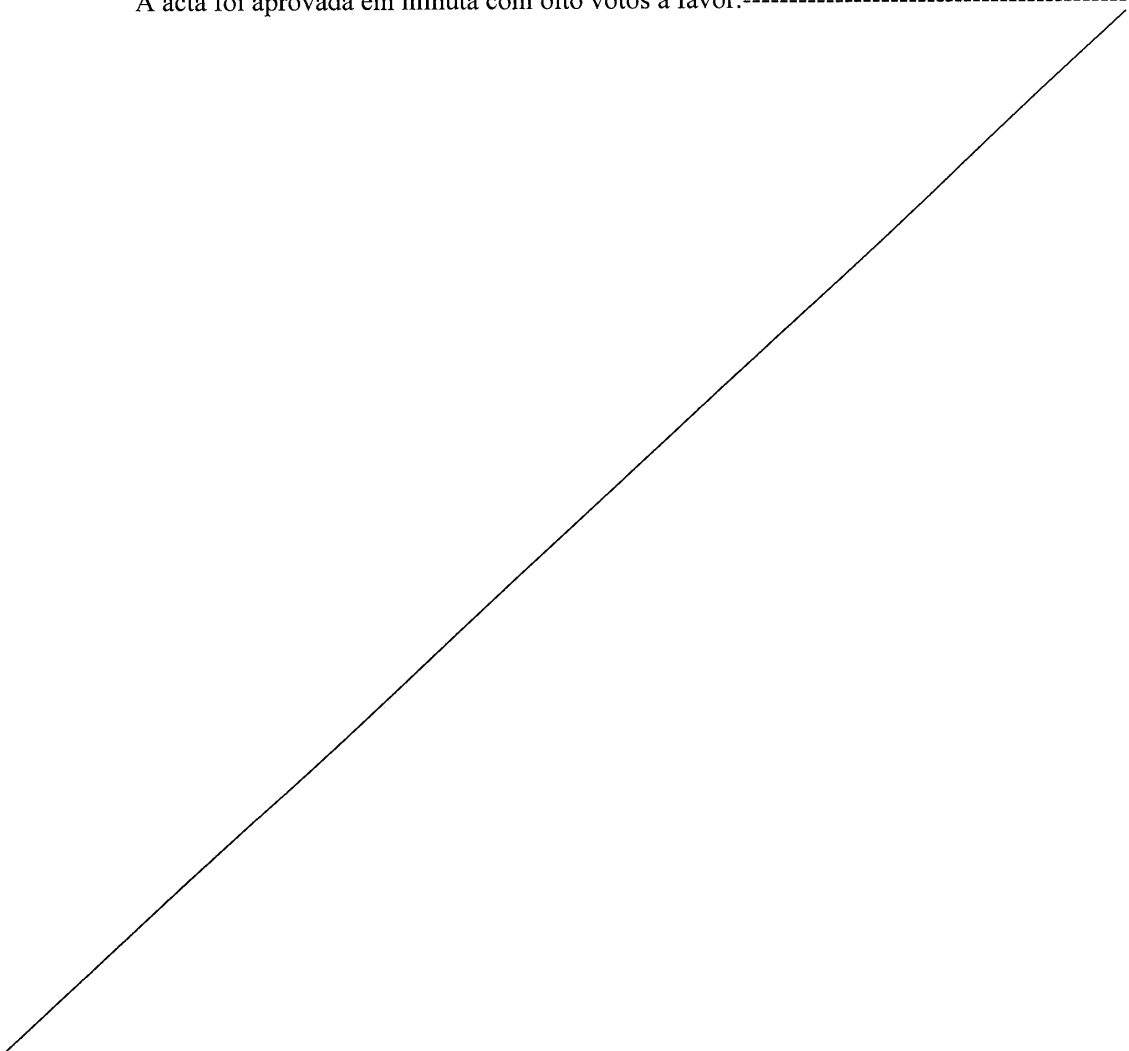


Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA: No final e depois de lida a presente acta, o Senhor Presidente propôs a aprovação da mesma acta em minuta nos termos do n.º 3 do artigo 92º da Lei 169/99, de 18 de Setembro.-----

A acta foi aprovada em minuta com oito votos a favor.-----





7

ENCERRAMENTO.-----

A reunião foi encerrada eram: Onze horas e quinze minutos, sem público assistente.-----

E para constar se lavrou a presente acta que tem quarenta e quatro folhas, apenas utilizadas no anverso e dois anexos (Anexo I relativo ao item nove e Anexo II relativo ao item doze, compostos por catorze e quatro folhas, respectivamente, todas rubricadas por mim e pelo Presidente da Câmara), que eu

Tania Adriana Salgado

funcionária designada para secretariar a reunião subcrevo e vai ser assinada por quem presidiu.

[Signature]

APROVAÇÃO DA ACTA.-----

A presente acta foi aprovada pelo executivo camarário em reunião de 11 / 02 / 2009, conforme consta do item um da respectiva acta (folhas Seis da respectiva minuta).-----

A Secretária,

Adriana